

filantropia & gestão social



Brasil – Edição 57 – 2012

Ponto de Vista

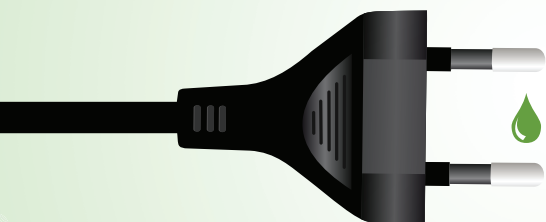
Saiba mais sobre o *crowdfunding* e como captar recursos on-line

Especial

ECA completa 22 anos em meio a progressos e necessidade de alterações

Voluntariado

Ferramentas tecnológicas dão suporte à prática do voluntariado digital



NEGÓCIOS SOCIAIS

DESCUBRA O QUE SÃO, COMO FUNCIONAM
E A DIFERENÇA QUE FAZEM NA SOCIEDADE

Primeira-dama do Estado de São Paulo fala de sua atuação no Fundo Social de Solidariedade e reflete sobre o desenvolvimento do setor no país

Entrevista
Lu Alckmin



DUAS OBRAS

Melhor: as **DUAS PRIMEIRAS** obras

A Zeppelini Editorial, responsável pela edição da Revista Filantropia há 10 anos, acaba de lançar duas obras que se comprometem a ajudar na profissionalização do Terceiro Setor. Os livros serão o início de uma série de publicações técnicas voltadas para a gestão de obras sociais, desde a sua concepção até o monitoramento de resultados. Legislação, contabilidade ou prática de voluntariado também farão parte da coleção que se inicia com dois importantes assuntos da prática sustentável: comunicação e captação de recursos.



Um dia de Captador

O livro *Um dia de captador*, de Marcelo Estraviz, baseia-se no relato do dia a dia de um captador de recursos que busca parcerias e financiadores em busca de sustentabilidade para sua instituição. Juntamente com o exemplo da rotina do profissional, o autor traz pílulas com informações técnicas, teóricas e dicas úteis para os captadores de recursos brasileiros.



Acesse o site pelo seu smartphone

Zeppelini Editorial
Autor: Marcelo Estraviz
Ano: 2011 - Edição: 1ª
Número de páginas: 192

R\$
39,90



Comunicação - Visibilidade e Captação de Recursos

O Livro Comunicação - Visibilidade e Captação de Recursos para Projetos Sociais reúne matérias e artigos ligados à comunicação e ao marketing para a área social. Todos os textos presentes no livro já foram publicados na Revista Filantropia, especializada em gestão do Terceiro Setor, ao longo de seus dez anos de existência.

O objetivo do livro é proporcionar aos leitores estratégias de gestão da comunicação que possam incrementar as ações das instituições sociais, levando-as à profissionalização, fator cada vez mais presente no Terceiro Setor.

Zeppelini Editorial & Sebrae

Autor: Marcio Zeppelini

Ano: 2011 - Edição: 1ª

Número de páginas: 208

R\$
39,90

Sumário



04

Entrevista

Lu Alckmin

Primeira-dama do Estado de São Paulo conta sua experiência como voluntária e presidente do Fundo Social de Solidariedade e fala da inspiração para atuar na área social



26

Especial

ECA

Estatuto da Criança e do Adolescente completa 22 anos e passa por um processo de evolução no atendimento aos direitos das crianças e adolescentes



40

Capa

Negócios sociais

Saiba o que são e como funcionam os negócios que têm como objetivo impactar positivamente a sociedade ao mesmo tempo em que incluem as populações menos favorecidas no mercado de trabalho e nos seus públicos-alvos



47

Sustentabilidade

Rio+20

Matéria aborda a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável e aponta os principais resultados das discussões

Acontece	08
Ponto de Vista	14
Captação de Recursos	19
Voluntariado	20
Tecnologia	28
Legislação	31

Meio Ambiente	50
Responsabilidade Social	52
Serviços	58
Geração de Renda	62
Reflexão	64



Redação: imprensa@revistafilantropia.com.br

Publicidade: filantropia@revistafilantropia.com.br

Assinaturas: assinaturas@revistafilantropia.com.br

Tel. (11) 2978-6686



Zeppelin Editorial Ltda.
Rua Bela Cintra, 178
CEP 01415-000
São Paulo/SP – Brasil
PABX (11) 2978-6686

Editor-chefe
Marcio Zeppellini (MTB 43.722/SP)

Redação
Thaís Iannarelli (MTB 46.415/SP)
Juliana Fernandes (MTB 63.201/SP)
Cinthia de Paula
Luciano Guimarães
Paula Craveiro

Arte
Cristiane Gonçalves Cabral
Daniel Gallo
Luciana Silva Rodrigues
Paula d'Andréa

Rafael Tadeu Sarto
Rodolfo Daufembach Lucas

Edição
Karina Watanabe
Paloma Ferreira da Silva
Thiago Conrado de Souza

Atendimento
Andressa da Costa Fraga
Suellen Cabral Erba

Gestão Social
Juliana Fernandes
Maurício Dias Lopes
Rogério Ramos Costa

Administração
Ana Luisa Moraes do Nascimento
Mauro Zeppellini
William Pires

Comercial
Conceição Marmo Zeppellini
Hilton Rocha da Justa

Conselho editorial deliberativo
Marcelo Monello
Marcio Zeppellini
Marcos Biasoli
Mauro Zeppellini
Ricardo Monello

Conselho editorial de pauta
Anísia Sukadolnik
Antonio Brito
Custódio Pereira
Eduardo Sabo
Felipe Mello
Fernando Credidio
Lívio Giosa
Marcelo Estraviz
Miliú Villela
Roberto Ravagnani
Synésio Batista da Costa

Os artigos assinados são de responsabilidade do autor, não caracterizando necessariamente a filosofia da revista. Direitos autorais reservados à Zeppellini Editorial Ltda. A publicação de parte ou íntegra de qualquer texto desta revista em outra mídia impressa, eletrônica ou qualquer outro meio só será permitida mediante autorização por escrito da editora.



Continuam roubando nosso “ouro”

Alerta: resultados de pesquisas científicas estão sendo publicados em outros países

O Brasil-Colônia historicamente já nos fez perder riquezas gigantescas aos países que nos “descobriram”. Levaram nosso ouro, nossa borracha, nossas florestas, entre tantas outras divisas que, se aqui tivessem permanecido, nos colocariam em um cenário social e econômico bem diferente do atual.

Agora, é importante que prestemos atenção a um novo tipo de “evasão de divisas”: o da pesquisa científica. O pesquisador brasileiro – em diversas áreas do conhecimento – vem ganhando notoriedade no cenário científico internacional. Nos últimos 20 anos, políticas públicas que aumentaram substancialmente as verbas destinadas à pesquisa nacional, aliadas a investimentos privados com claros interesses comerciais, fizeram o Brasil sair da posição de simples fornecedor de matérias-primas e riquezas que nossas florestas produzem a um importante império de pesquisa tecnológica e científica. O próprio Ministério da Ciência e Tecnologia já mostrou com números cada vez maiores como o pesquisador brasileiro tem tido influência nas novas descobertas do mundo.

Com a mesma mão que devemos aplaudir essas políticas públicas e órgãos de incentivo à pesquisa como Capes, CNPq, Fapesp e SciELO, devemos segurá-los pelos colarinhos e chacoalhar seus diretores para que se atentem ao fato de que o Brasil está dando de graça esses resultados a editoras internacionais, para que elas usufruam nossas pesquisas e até as usem em outros estudos.

Então, na prática, o pesquisador brasileiro, que é financiado pelo Governo ou pela Indústria Nacional, tem seu trabalho transitando livremente na mão de pesquisadores estrangeiros antes de serem publicados em território nacional. Pior: essas editoras têm ainda o livre arbítrio de querer ou não publicar esses resultados – dados estes que podem ser ponto de partida para um pesquisador de fora iniciar uma nova pesquisa – e receber os méritos, as honras e os royalties daquilo que outrora um brasileiro já havia descoberto.

É fácil imaginar o perigo econômico que isso pode representar. A descoberta de uma nova droga, por exemplo, fortalecerá os cofres da indústria farmacêutica internacional. O desenvolvimento agrário, biotecnológico ou de uma ciência da computação, por exemplo, corre o risco de sucumbir a poderosos países do Hemisfério Norte. E nós, mais uma vez, “chuparemos os dedos”, pois daremos a informação – e seus direitos autorais – para ser publicada lá fora.

Internacionalizar nossa pesquisa e fazer com que ela circule pelo mundo é importante e, evidentemente, importante, já que o Brasil é um dos emergentes que mais crescem no mundo. Mas essa internacionalização deve ser feita de dentro para fora – e não de fora para fora, como vem acontecendo.

É necessário dar um basta nisso! Mandar nossa pesquisa para outro país é querer continuar sendo colônia. É contribuir com o desenvolvimento dos outros países com a nossa mão de obra “escrava”.

Marcio Zeppelini

editor científico e conselheiro da ABEC –
Associação Brasileira de Editores Científicos.

marcio@zeppelini.com.br



O projeto “Releituras de Obras de Arte em Tecido” é fruto da oficina de aperfeiçoamento em *patchwork* que acontece no CISM I – Centro de Integração Social da Mulher, um dos três serviços administrados pela Associação Fala Mulher.



Não basta fazer o bem, é preciso fazer bem feito.
Aprimore-se lendo a **Revista Filantropia**.

Idealizadores



Parceiros Institucionais





Uma grande mulher

Esposa, mãe, avó e voluntária:
Lu Alckmin conta como concilia
suas atividades ao trabalho social

Por Juliana Fernandes

Ela é a sétima filha, de um total de 12, do casal Adhemar e Renata. Nasceu em São Paulo e, aos 4 anos, mudou-se para Pindamonhangaba, no interior paulista. Em 1975 conheceu aquele que seria o seu futuro marido, o atual governador do Estado de São Paulo, Geraldo Alckmin – na época, vereador e estudante de Medicina. Engajada nas questões sociais, ela participa ativamente de campanhas com uma atuação incansável no acompanhamento e ações das comunidades mais carentes. Em seu histórico de luta pelo social, tornou-se uma das mais expressivas voluntárias do Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo – com contribuição em importantes projetos.

Em entrevista à **Revista Filantropia**, Lu Alckmin, primeira-dama do Estado de São Paulo e presidente do Fundo Social de Solidariedade, fala sobre sua dedicação ao trabalho social.

Revista Filantropia: *Em que momento da sua vida surgiu a vocação para o trabalho social?*

Lu Alckmin: Desde pequena eu observava minha mãe dividindo seu tempo entre os afazeres de casa, o que incluía cuidar de 12 filhos, e o trabalho com os mais necessitados. Ela foi um grande modelo para mim, alguém em quem eu me espelhava. Quando Geraldo foi eleito prefeito de Pindamonhangaba, na década de 1970, comecei a participar voluntariamente das campanhas de arrecadação de fundos e de ações nas comunidades mais carentes. No Fundo Social de Solidariedade, trabalhei como voluntária junto à Dona Lila Covas, na época em que o Geraldo foi vice-governador do Estado de São Paulo. A partir do momento em que ele assumiu o governo, eu me tornei presidente

e voluntária do Fundo, onde dei início ao trabalho que até hoje realizo junto a uma equipe experiente, que conta com o apoio de entidades assistenciais, primeiras-damas e presidentes dos Fundos Municipais na realização de projetos que geram emprego e renda à população carente dos 645 municípios do Estado de São Paulo.

RF: *A senhora participa ativamente de campanhas de arrecadação de fundos, além de acompanhar ações em comunidades mais carentes. De que forma leva essa vivência social aos políticos com que a senhora convive?*

LA: O contato próximo com as comunidades é muito enriquecedor, pois é a partir dele que conhecemos os anseios e as necessidades da população, é o nosso fio condutor na elaboração dos projetos sociais. Acredito que por meio dos resultados obtidos com os projetos que realizamos no Fundo Social de Solidariedade é possível dar o exemplo a todos de que essa troca de informações é extremamente saudável e positiva.

RF: *Em 1995 a senhora atuou como voluntária do Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo, ajudando em projetos importantes como o da Estação Especial da Lapa, as Casas da Solidariedade, e os JORI - Jogos Regionais do Idoso. Conte-nos sobre essa experiência.*

LA: O trabalho como voluntária me proporcionou um grande aprendizado, pois pude acompanhar o desenvolvimento de projetos que até hoje estão em funcionamento, como as Casas da Solidariedade e os JORI. O trabalho voluntário é algo valioso para a minha vida, me fez aprender a ouvir mais o outro, a entender melhor o que é a compaixão e, a partir disso, criar ações que possam transformar a vida das pessoas. Como presidente do Fundo e voluntária, a minha felicidade está em ajudar as pessoas.

RF: *Durante os 5 anos em que a senhora esteve à frente do Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo, fez questão de priorizar projetos de capacitação e geração de renda. Em sua opinião, quais foram os principais frutos desse trabalho?*

LA: Quando assumi pela primeira vez a presidência do Fundo, em 2001, um dos primeiros projetos implantados e que teve grande êxito foi a Padaria Artesanal. De 2001 a 2006, a Padaria Artesanal capacitou mais de 20 mil multiplicadores, que qualificaram 360 mil pessoas na arte de fazer pães. Além disso, o Fundo implantou mais de 9 mil Padarias Artesanais em municípios e entidades assistenciais, compostas de forno, batedeira, liquidificador, balança, assadeiras de alumínio e botijão de gás. A capacitação deu tão certo que continua sendo oferecida no Palácio dos Bandeirantes e no Parque da Água Branca, na capital. O curso tem duração de um dia e ensina a fazer 10 tipos de pães.

RF: *A senhora é responsável por projetos de reflexão, como a Semana da Solidariedade, a ação do jovem com a Universidade Cidadã e o Casa de Brinquedos, voltado à educação e à sociabilidade das crianças. Com tantas iniciativas, já pensou em exercer efetivamente algum cargo político?*

LA: Não tenho pretensões políticas. Acredito que meu lugar é junto ao meu marido, que me dá a oportunidade de ser presidente e voluntária

do Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo, oferecendo suporte às entidades assistenciais, às primeiras-damas dos municípios, às presidentes dos Fundos Sociais Municipais, para levar os projetos de educação, qualificação profissional e geração de renda ao maior número de pessoas possível.

RF: *Há algum projeto que a senhora gostaria de desenvolver em São Paulo, ou no Brasil, que ainda não teve oportunidade? Se sim, em que área?*

LA: Acredito que ainda temos muito a fazer, mas já trilhamos um maravilhoso caminho até aqui. Sou muito grata por ter tido a oportunidade de realizar tudo o que conseguimos até o momento. Um grande projeto que está sendo colocado em prática são os Polos de Moda, que nasceram das Escolas de Moda, na capital. Inauguramos este ano 28 Polos de Moda em municípios do interior, que são responsáveis pela capacitação das cidades vizinhas e de seus próprios munícipes. O projeto está entrando em sua segunda fase, com a implantação dos polos em 28 entidades assistenciais da capital, nas regiões Norte, Sul, Leste e Oeste. Com essa multiplicação de conhecimento, o nosso sonho é transformar São Paulo no maior polo de costura do Brasil.

RF: *Qual a sua grande inspiração na área social – uma referência em que a senhora se espelhe para continuar modificando a vida de tantas pessoas?*

LA: Além da minha querida mãe ser para mim um grande exemplo de doação ao próximo, tenho como professora a Dona Lila Covas, quem acompanhei como voluntária quando presidiu o Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo. Foi Dona Lila quem me ensinou a realizar parcerias e por quem tenho profunda admiração. Os Jogos Regionais do Idoso (JORI), por exemplo, foram idealizados por ela, e é uma fórmula que deu tão certo que continuamos realizando anualmente no interior do Estado. Na edição deste ano, por exemplo, recebemos na etapa final, em Osvaldo Cruz, 1.882 idosos, vindos de 182 municípios, que competiram com muita disposição em 14 modalidades. É uma lição de vida para todos nós, uma verdadeira amostra de saúde, energia e criatividade. Eles realmente surpreendem a cada ano. E os Jogos acontecem graças à iniciativa de Dona Lila Covas, que lá atrás deu início a este projeto maravilhoso.

RF: *De que forma as organizações sociais podem, em parceria com o primeiro setor, ter um papel de destaque na sociedade brasileira?*

LA: Para alcançar o sucesso, acredito que o segredo de qualquer ação seja a união. A união de esforços em prol de um objetivo comum, que é beneficiar a população, levar qualificação profissional e geração de renda aos mais necessitados. Para ter um papel de destaque, é preciso oferecer oportunidades que resgatem a autoestima das pessoas, e não apenas “dar o peixe, mas ensinar a pescar”. Quando damos a oportunidade de as pessoas desenvolverem suas capacidades e descobrirem que estão aptas a assumir um papel diferente na sociedade, que elas podem fazer a diferença na comunidade em que estão inseridas, é nesse momento que sentimos que estamos cumprindo o nosso objetivo como organização social e como primeiro setor. 

Link 

www.fundosocial.sp.gov.br

Cursos on-line e ao vivo

Alguns de nossos temas:

- 10 dicas para aparecer no Google.
- 10 formas de melhorar a comunicação de sua ONG.
- 10 temas indispensáveis para a contratação de funcionários e voluntários.
- 30 fontes internacionais de financiamento de projetos.
- 5 Incentivos Fiscais para sua organização captar recursos.
- 7 dicas para implementar o Marketing Relacionado à Causa (MRC) na sua organização.
- 7 razões para usar o Crowdfunding - Financiamento Coletivo de Projetos pela Internet.
- Captação de Recursos com empresas - Dicas e Truques.
- Criação de índice de desenvolvimento da causa e avaliação de impacto em projetos sociais.
- Leis e impostos que você deve conhecer antes de captar recursos.
- O que é preciso saber para captar com Incentivos Fiscais Federais.
- Recursos governamentais para a área de Cultura.
- Verificação e avaliação de resultados sociais: quantitativos e qualitativos.

Verifique nossa agenda:



diálogo
digital

A **Diálogo Digital**, parceira da **Revista Filantropia**,
é a versão on-line da **Diálogo Eventos**,
que leva via internet e ao vivo
treinamentos para gestores de projetos sociais.

www.dialogodigital.com.br



Pedro Chequer, coordenador da Unaida no Brasil, divulga dados do relatório global sobre HIV/AIDS

HIV no mundo

Segundo relatório divulgado pelo Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS (Unaida), 34,2 milhões de pessoas vivem com HIV no mundo, sendo 30,7 milhões de adultos, 16,7 milhões de mulheres e 3,4 milhões de menores de 15 anos. A região mais afetada é a África Subsaariana, com 23,5 milhões de pessoas infectadas, seguida pela Ásia Meridional e Sul-Oriental, com 4,2 milhões. Na América Latina, são 1,4 milhões de pessoas. Segundo o coordenador do Unaida no Brasil, Pedro Chequer, o alto número de pessoas com HIV no mundo se deve à queda das mortes provocadas pela doença. "As pessoas estão vivendo mais, e não morrendo como antes", explica. "Esta é a primeira vez que a ONU publica um relatório com uma perspectiva positiva, de que poderemos alcançar em 2015 o controle da epidemia", complementa.

www.unaids.org



A presidenta Dilma Rousseff fala na solenidade de lançamento do PAC Mobilidade Médias Cidades

PAC Mobilidade Médias Cidades

Com o objetivo de modernizar o transporte público, construir estações e terminais de ônibus e melhorar a infraestrutura de forma geral nas cidades de médio porte, com população entre 250 mil e 700 mil habitantes, serão destinados R\$ 7 bilhões dentro do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) Mobilidade Cidades Médias, lançado pelo governo federal. Os detalhes do projeto foram divulgados pela presidenta Dilma Rousseff e pelo ministro das Cidades, Aguinaldo Ribeiro. O programa é diferente daquele destinado às grandes cidades, que previa obras maiores e mais custosas. O PAC deverá atender a 75 municípios, e as cidades que se enquadram no critério porte médio devem apresentar seus projetos ao Ministério das Cidades. A inscrição será feita por um formulário eletrônico disponível no site do Ministério das Cidades até dia 31 de agosto.

www.cidades.gov.br



Policiais federais em todo o Brasil doam sangue como forma de protesto

Manifestação em forma de doação de sangue

Em um ato para reivindicar melhores condições de trabalho, delegados, peritos e servidores administrativos da Polícia Federal de todo o Brasil doaram sangue. A ação é parte da campanha *A Polícia Federal Dá o Sangue pelo Brasil, mas Governo não Reconhece*. Em Brasília, cerca de 80 funcionários do órgão doaram sangue na Fundação Hemocentro. Os policiais reivindicam a reestruturação da carreira administrativa, a recomposição salarial, o cumprimento do plano estratégico de modernização do órgão, o fim de contratações terceirizadas e do desvio de funções.

Feira Literária Internacional do Tocantins

Desde abril, a Feira Literária Internacional do Tocantins (Flit) vem percorrendo 12 cidades do Estado em sua oitava edição. O evento acabou no dia 15 de julho, na capital de Palmas, e contou com a participação de autores brasileiros, palestrantes estrangeiros, além de shows com artistas nacionais e internacionais e apresentações de danças típicas tocantinenses, como o congo e os folgedos. A programação incluiu o 1º Seminário Nacional do Plano do Livro e da Leitura, que discutiu políticas de promoção à leitura, e o Encontro de Academias de Letras, além de palestras sobre gravidez na adolescência e campeonatos de pipa, badminton e tênis de mesa.

www.flit.to.gov.br



Feira Literária Internacional do Tocantins (Flit) percorreu 12 cidades do Estado desde abril



Maria do Rosário e Ivete Sangalo durante encerramento da conferência

9ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

Realizada entre os dias 11 e 14 de julho, a conferência desenvolveu debates sobre a Política Nacional dos Direitos Humanos da Criança e do Adolescente. O desafio foi mobilizar os atores do Sistema de Garantia de Direitos e a população como um todo para implementar e monitorar a política e o plano. No encerramento do evento, mais de mil pessoas de todo o país estavam presentes, e a ministra da Secretaria dos Direitos Humanos, Maria do Rosário, pontuou as contribuições que foram aprovadas na ocasião para a construção do Plano Decenal de Direitos Humanos de Criança e Adolescente. Ivete Sangalo esteve presente no encerramento, apoiando a causa da proteção à criança e ao adolescente.

www.agenciabrasil.gov.br



Universitários participantes do Projeto Rondon medem a pressão arterial de moradores do município

Projeto Rondon no Pará

Vinte estudantes que participam do Projeto Rondon em Bonito, no Pará, estão colaborando para a integração da população local. Uma das principais reclamações dos moradores do município é a falta de espaços para socialização, como uma praça ou centro comunitário. Para uma das integrantes do projeto, Aline Stéfani, a falta de lugares para socializar leva a pessoa a não se sentir parte da comunidade. Segundo uma das moradoras do município, Márcia Nazaré de Lima Gomes, o projeto ajuda a mudar a cultura da população local, pois além de abrir novos horizontes, estimula a multiplicação do aprendizado.

www.projettorondon.org.br

Inovação em infraestrutura urbana

O projeto Cidade Inteligente Búzios, da área de energia, está entre as dez melhores iniciativas de infraestrutura urbana inovadoras do mundo, que podem tornar as cidades habitáveis e sustentáveis. Os projetos estão listados no relatório global *Infraestrutura 100: Cidades Mundiais*, apresentado pela empresa de consultoria internacional KPMG na Cúpula das Cidades do Mundo, em Cingapura. O relatório mostra como projetos pioneiros de infraestrutura podem fazer diferença, contribuindo para o surgimento de cidades sustentáveis. O Brasil aparece com dez entre os cem projetos selecionados. Esta é a segunda edição do relatório. Na primeira, divulgada em 2011, o Brasil entrou com seis projetos, sendo que um deles, o de trem de alta velocidade que ligará os Estados do Rio de Janeiro e São Paulo, apareceu também entre as dez principais iniciativas globais.

www.agenciabrasil.gov.br

Cancelamento do Bolsa Família

Mais de 14 mil famílias tiveram o benefício do Programa Bolsa Família cancelado em julho devido à baixa frequência escolar das crianças assistidas. O número corresponde a 2,4% do total de atendidos em abril, último mês de acompanhamento da frequência. Para que a família receba o benefício, as crianças e jovens de 6 a 15 anos precisam estar matriculados na rede de ensino e ter pelo menos 85% de frequência escolar. O processo entre a notificação da família e o cancelamento do benefício dura cerca de um ano. Neste período, a prefeitura deve procurar a família para identificar os motivos para o abandono das aulas.

www.agenciabrasil.gov.br

Petrobras Ambiental apresenta Carbono Cajari

O Programa Petrobras Ambiental apresentou durante a Rio +20 o Projeto Carbono Cajari, uma iniciativa inovadora em Redução de Emissões (de carbono) por Desmatamento e Degradação (REDD). O projeto, que tem como parceiro o Governo do Amapá, está investindo R\$ 3,7 milhões no combate ao aquecimento global e emissão de gases poluentes, além de aliar desenvolvimento econômico e preservação ecológica. Além da proteção do planeta por meio da conservação e expansão dos recursos florestais, o projeto visa proporcionar crescimento socioeconômico a 300 famílias, investindo na cadeia produtiva da castanha-do-brasil. Ao final do projeto será possível quantificar o potencial de emissões (de gás carbônico) evitadas e de "sequestro" de carbono dos castanhais e do estoque nos solos da região. O Carbono Cajari trabalha em parceria com os Institutos Estadual de Florestas do Amapá (IEF) e Chico Mendes, Escolas Família Agroextrativistas do Carvão e Maracá (EFAEXMA e Efac), além de extrativistas locais.

www.projetcarbonocajari.org

Inclusão na 6ª Virada Esportiva

A 6ª Virada Esportiva aconteceu entre os dias 30 de junho e 1º de julho em vários locais da cidade de São Paulo e contou com dezenas de atividades que incluem as pessoas com deficiência. O evento é coordenado pela Secretaria de Esportes, Lazer e Recreação, em parceria da Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida (SMPED). O evento, que em 2011 registrou recorde de público de 3,5 milhões de pessoas, já faz parte do calendário oficial da cidade e foi planejado para atender adultos e crianças.

www.viradaesportiva.prefeitura.sp.gov.br



Cafu durante campanha sobre o consumo consciente de bebidas alcoólicas

Cafu debate consumo responsável em feira de franquias

Embaixador da Ambev pelo consumo responsável, o ex-jogador de futebol Cafu esteve na ABF Expo 2012. Cafu conversou com os visitantes sobre empreendedorismo e uso consciente de bebidas alcoólicas. "Hoje, a Fundação Cafu integra o Jovens de Responsa, programa desenvolvido pela Ambev em parceria com mais 17 ONGs em todo o Brasil para evitar que menores de idade consumam álcool", contou. Por meio do projeto, cada uma dessas organizações desenvolve atividades nas comunidades onde estão presentes para prevenir o uso abusivo do álcool entre os adultos e inibir o consumo por menores de 18 anos. O objetivo do programa é encontrar iniciativas de prevenção simples, eficazes e fáceis de serem replicadas, as chamadas tecnologias sociais.

www.ambev.com.br



Crianças produzindo os trabalhos

Estímulo à cidadania

Imagens do bairro do Tatuapé estão expostas nos tapumes do empreendimento You, Metropolitan. A iniciativa faz parte do projeto *Pessoas Fazendo Arte*, criado pela incorporadora You, Inc, que estimula ensino de artes plásticas em Escolas Municipais na cidade de São Paulo. O material exibido foi produzido por cerca de 40 alunos de 6ª e 7ª séries da Escola Municipal Arthur Azevedo. Na fase inicial, os estudantes foram estimulados a buscar elementos que caracterizassem o bairro e a desvendar as histórias por trás de sua paisagem. A partir disso, produziram trabalhos de fotografia, colagem, pintura e desenho. "*O Pessoas Fazendo Arte* tem a intenção de proporcionar aos alunos o contato com as artes, desenvolvendo sua capacidade de percepção, avaliação crítica e comunicação sobre o entorno do local em que vivem", afirma Eduardo Muszkat, diretor-executivo da You, Inc.

www.pessoasfazendoarte.com.br



Apresentação teatral tem o objetivo de conscientizar crianças de escolas municipais

Projetos ambientais atingem meio milhão de pessoas

A Tetra Pak comemorou o marco de 500 mil participações em seus projetos de educação ambiental. Os programas itinerantes (Re)ciclo de Cinema, Palco da Reciclagem e Cena Ambiental promoveram a exibição gratuita de peças de teatro e filmes em 359 cidades de 21 Estados e no Distrito Federal. Além das apresentações, os eventos são complementados com ações sobre reciclagem e meio ambiente para os alunos de escolas municipais locais. Segundo Fernando von Zuben, diretor de Meio Ambiente da Tetra Pak, além de promover o entretenimento, os projetos têm como objetivo divulgar os benefícios da reciclagem e da coleta seletiva para a população dessas cidades.

www.tetrapak.com.br

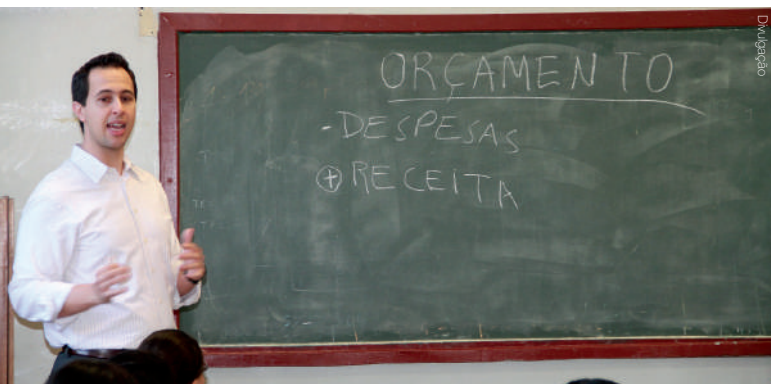


Brasil ocupa 72ª posição no ranking da conectividade

Índice Integrado de Telefonia, Internet e Celular de Inclusão Digital

O indicador de telefonia, internet e celular de inclusão digital, realizado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e pela Fundação Telefônica Vivo com base nos dados do Censo 2010, demonstraram que o Brasil ocupa a 72ª posição entre 156 países analisados. Isso significa que 51,25% da população brasileira tem acesso ao computador, à internet, ao celular e ao telefone fixo. De acordo com a pesquisa, a média mundial de acesso à conectividade é de 49,1%. O país com maior indicador é a Suécia (95,8%), e nas últimas colocações da lista estão a Etiópia (8,25%), República Centro-Africana (5,5%) e Burundi (5,75%). A pesquisa também avaliou a inclusão digital nos municípios brasileiros. Das mais de 5 mil cidades listadas no Censo 2010, a conectividade é maior em São Caetano do Sul (S), Santos (SP), Florianópolis (SC), Vitória (ES) e Niterói (RJ), todas com indicador acima de 70%.

<http://portal.fgv.br>



Aula de planejamento financeiro familiar promovida pela iniciativa

Educação financeira

Em São Paulo, 570 estudantes de 19 turmas do ensino médio da Escola Estadual Oswaldo Aranha receberam em sala de aula ensinamentos sobre planejamento financeiro, investimento, crédito e poupança. A ação é parte da iniciativa mundial da Junior Achievement e MasterCard, que tem como objetivo fazer com que os jovens tomem decisões sábias em relação às finanças, da mesma forma que podem ensinar seus pais a realizarem o planejamento financeiro familiar. Colaboradores voluntários da MasterCard treinados pela Junior Achievement são os responsáveis por levar conhecimentos sobre o mundo dos negócios e das finanças aos estudantes.

 www.jabrazil.org.br



Parte externa da carreta que leva o cinema a crianças de diversas cidades do país

Cinema na comunidade

Começando em São Paulo, o projeto Ultragaz Cultural oferece a experiência completa de ir ao cinema a milhares de crianças e jovens de 22 cidades brasileiras. Pelo quinto ano consecutivo, o projeto convida alunos de escolas públicas das comunidades e pessoas assistidas por instituições para retirarem seus ingressos na bilheteria, e, com uma pipoca e um refrigerante, assistirem a uma apresentação do cinema itinerante. Como nos anos anteriores, o projeto é sustentável: todo o material utilizado pelos participantes, como copos plásticos e embalagens de pipoca, será reciclado por cooperativas locais. De 2008 a 2011, as emissões de CO₂ decorrentes do projeto somaram 82,52 toneladas. Para compensar, a Ultragaz plantou 522 árvores em Formosa do Oeste/PR, e recebeu o selo Carbon Free.

 www.ultragaz.com.br

SulAmérica passa a integrar a rede da GRI

A SulAmérica Seguros, Previdência e Investimentos é a mais nova *stakeholder* organizacional da Global Reporting Initiative (GRI). Os *stakeholders* organizacionais são os principais patrocinadores da GRI e contribuem com seus conhecimentos para a melhoria dos indicadores desenvolvidos e da governança da organização. "A SulAmérica está comprometida com a melhoria de seu desempenho em sustentabilidade e tem como meta tornar-se um membro ativo das discussões de evolução dos indicadores de sustentabilidade, defendendo a perspectiva do mercado segurador", afirma a superintendente de Sustentabilidade Empresarial, Adriana Boscov.

 www.sulamerica.com.br

Parceria impulsiona inovação na educação

Os Institutos Natura e Ayrton Senna, a Fundação Telefônica Vivo e a Joy Street S.A. anunciaram uma parceria com um projeto que incorpora a jogos e redes sociais diversas estratégias educacionais eficazes. As quatro instituições juntam esforços para combater os problemas crônicos da educação brasileira, contribuindo para diminuir as taxas de abandono escolar e melhorar o desempenho dos alunos do ensino fundamental. O objetivo do projeto é promover o engajamento das crianças, jovens e educadores do ensino fundamental em práticas inovadoras de leitura, escrita e educação matemática, por meio das redes sociais e dos jogos digitais.

 www.fundacaotelefonica.org.br

Voluntariado interno

O programa da Pedigree®, Adotar é tudo de bom, e a Mars, empresa detentora da marca Pedigree®, lançaram o programa interno de voluntariado para que os funcionários da empresa possam conhecer a realidade das ONGs parceiras do programa, que já ajudou a mudar a história de 30.153 cães. A iniciativa visa a sensibilizar os associados da Mars sobre a causa dos cães abandonados. O evento aconteceu na Associação Amigos dos Animais de Campinas (AAAC), parceira desde 2009, que já ajudou 952 cães a encontrarem um lar. "Somos loucos por cachorro, e tudo o que fazemos é por amor a eles. Para nós, fazer parte de uma empresa que possui um programa como o Pedigree® Adotar é tudo de bom é motivo de orgulho", explica Daniel Calderoni, gerente da categoria Dogcare da Mars no Brasil.

 www.pedigreeadotar.etudodebom.com.br

White Martins doa para o projeto Saúde Criança

Com o objetivo de ajudar na captação de talentos que se identifiquem com os valores da empresa e seus princípios de sustentabilidade, a White Martins adotou uma forma socialmente responsável para recrutar seus estagiários. Durante o mês de agosto, cada vez que um estudante universitário cadastrasse seu currículo no site, a empresa doaria R\$ 1,00 para o projeto Saúde Criança. A expectativa é que sejam cadastrados no mínimo 5 mil currículos, o que seria suficiente para comprar leite especial e medicamentos para cerca de 27 famílias durante um mês. O Saúde Criança trabalha para reestruturar e promover a autossustentação das famílias de crianças em risco social provenientes de unidades públicas de saúde.

 www.vagas.com.br/whitemartins



Guilherme da Silva foi submetido a um transplante não aparentado no GRAACC

Transplante não aparentado a partir de cordão umbilical

Guilherme da Silva, 14 anos, paciente do Grupo de Apoio ao Adolescente e à Criança com Câncer (Graacc), foi submetido recentemente a um transplante a partir de um cordão umbilical vindo dos Estados Unidos (transplante alogênico não aparentado). Desde os 12 anos ele lutava contra a leucemia. O aspecto positivo deste tipo de transplante com sangue de cordão umbilical é que o doador não precisa ser 100% compatível: a exigência é de cerca de 70% de compatibilidade, o que pode diminuir muito o tempo de espera por um transplante. “Não medimos esforços nem investimentos para salvar uma vida. O transplante foi delicado, mas tivemos sucesso. Hoje, o paciente passa por consultas de acompanhamento”, afirma Adriana Seber, médica oncologista pediátrica do Graacc. A instituição realiza entre 40 e 50 transplantes por ano, sendo 15 destes com doadores não aparentados.

www.graacc.org.br



Fabrício veste a camiseta com a estampa “Astronautas”, de Alexandre Herchcovitch, eleita pelos internautas

Moda do bem

O sonho de toda criança em crescer e se tornar um astronauta falou mais alto. Este foi o tema da camiseta vencedora usada por todos os funcionários da rede de restaurantes McDonald's no McDia Feliz 2012, que aconteceu no dia 25 de agosto. Criado pelo estilista Alexandre Herchcovitch, o modelo Astronauta recebeu cerca de 5.300 votos por meio da McLand, portal interno do McDonald's, Twitter, Facebook e Google Plus. A estrela da campanha deste ano é Fabrício Rian Medeiros da Silva, de três anos. O menino de Tatuí (SP) foi diagnosticado com câncer quando tinha um ano. Após ser constatado que precisava de cirurgia, foi encaminhado ao Hospital Grupo de Pesquisa e Assistência ao Câncer Infantil (GPACI), de Sorocaba, instituição parceira do Instituto Ronald McDonald. Fabrício foi considerado curado em dezembro do ano passado.

www.instituto-ronald.org.br



Faixa exibida pelos manifestantes pedindo apoio para a diminuição do número de casos de hepatite

ONGs pedem apoio aos líderes do mundo

ONGs em defesa dos portadores de hepatite C reuniram centenas de pessoas no alto Corcovado, no Rio de Janeiro, em manifesto contra o aumento do número de mortes pelo vírus HCV. Segundo o representante da Associação Brasileira dos Portadores de Hepatite (ABPH), Humberto Silva, “milhares de mortes têm ocorrido nos últimos meses sem que os líderes dos países envolvidos reajam em ações eficazes para diagnóstico da doença. O número de casos já é dez vezes maior do que o da AIDS”. Os manifestantes estenderam faixas aos pés do Cristo Redentor com os dizeres: “Hepatitis C – Millions will die worldwide. Please help!” (Hepatite C – milhões morrerão em todo o mundo. Por favor, ajude-nos!).

www.hepatite.org.br



Maria Cândido e Carlos Tramontina foram os mestres de cerimônia do evento

Leilão de Vinhos da Apae de São Paulo

Em maio, aconteceu a quinta edição do leilão de vinhos da Apae de São Paulo. A noite rendeu mais de R\$ 1 milhão para a instituição. O slogan da noite era: harmonizar ótimos vinhos e pessoas em prol da causa que nos move. Com a participação de Maria Cândido e Carlos Tramontina, além do leilão de vinhos, joias e viagens, foi oferecido também um jantar aos convidados. Patrocinado pelo Banco Bradesco, Instituto Pão de Açúcar e Nestlé, o evento foi restrito a 600 convidados e trouxe vinhos como Romanee Conti Echezeaux 1991, Romanee Conti La Tache 1992 e Haut Brion 94, entre outros.

www.apaesp.org.br



Unidade Móvel de atendimento da Morhan



Vista aérea de áreas de conservação da mata atlântica

Casa de David inaugura centro de estudos

A Casa de David, instituição paulistana especializada no cuidado à pessoa com deficiência física intelectual, física e com autismo, completa 50 anos e inaugura um Centro Nacional de Estudo e Atendimento à pessoa com Autismo. Dados da Organização das Nações Unidas (ONU) mostram que o autismo atinge 70 milhões de pessoas no mundo. No Brasil, o número de pessoas com esta síndrome ainda é desconhecido, porém, estima-se que possa variar entre 2 e 3 milhões. Atualmente, a Casa de David abriga em regime de internação 300 pessoas com deficiência intelectual e 30 pessoas com autismo, todas oriundas de famílias carentes ou que foram abandonadas por seus familiares. A nova unidade ficará em Atibaia, a 60 km de São Paulo, e passará a atender 90 pessoas em regime de internação.

 www.casadedavid.org.br

Brasil tem menor emissão de CO₂

Estudo lançado em 19 de junho pelo Sistema Firjan aponta que o Brasil é o país que menos produz gases do efeito estufa no processo de geração de energia elétrica entre as dez maiores economias do mundo, graças à matriz com grande percentual de geração hidrelétrica. Os rankings elaborados pela Firjan no trabalho *Análise da Qualidade da Matriz Elétrica Mundial* mostram o volume de CO₂ produzido para gerar 1 GWh (gigawatt/hora) em listas contendo as dez maiores economias, os Brics e um grupo de mais de 70 países, considerando relevância internacional e matriz elétrica. Neste último caso, o Brasil ocupa a 5ª posição. O estudo foi realizado a partir de cruzamento da composição da matriz de energia elétrica de vários países, fornecida pela Agência Internacional de Energia, com o fator de emissão por fonte, divulgado em estudo elaborado pela União Europeia.

 www.firjan.org.br

Projeto contra a hanseníase é premiado

A unidade móvel do projeto Rio Sem Hanseníase, do Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase (Morhan), desenvolvida em parceria com o Riosolidário e com apoio da companhia EBX, conquistou o Prêmio Objetivos de Desenvolvimento do Milênio Brasil. A premiação foi um reconhecimento às iniciativas que contribuem para o cumprimento dos oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, propostos pela ONU. O objetivo nº 6 refere-se ao enfrentamento de doenças relacionadas às condições de vida da população, dentre as quais se inclui a hanseníase. Desenvolvida pela Truckvan, empresa fabricante de baús e carretas customizadas, a unidade móvel promove o diagnóstico precoce da doença, fundamental para o sucesso do tratamento. A unidade está em operação em todo o Estado do Rio desde julho de 2011 e conta com três ambulatórios e palco para realização de atividades lúdicas.

 www.morhan.org.br

Clickarvore distribui mudas

A Fundação SOS Mata Atlântica divulgou o resultado do edital complementar de 2010 do programa Clickarvore. No total, 18 proprietários serão contemplados com 709.911 mudas para a restauração de mais de 400 hectares de mata atlântica. Foram selecionadas 17 propriedades da região Oeste de São Paulo e uma do Sul da Bahia. O programa é uma iniciativa da Fundação SOS Mata Atlântica em parceria com o Grupo Abril. Os projetos aprovados têm como foco propostas de restauração florestal e que contemplem a conservação da biodiversidade regional, a proteção dos recursos hídricos, a conectividade de fragmentos florestais e a proximidade com unidades de conservação (UCs). A fundação está com as inscrições abertas para o próximo edital. Mais informações no site.

 www.clickarvore.com.br

Dia Internacional da Felicidade

A Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) proclamou que o Dia Internacional da Felicidade será celebrado no dia 20 de março, com a intenção de lembrar que a felicidade é um “objetivo humano fundamental”. O plenário que aprovou a resolução estabeleceu a data para celebrar “a felicidade, o bem-estar, objetivos e aspirações universais na vida dos seres humanos de todo o mundo”. Segundo o texto, é importante que a felicidade e o bem-estar guiem as políticas públicas nos países. A aprovação da data aconteceu depois que a Assembleia Geral reconheceu o pedido vindo do Butão. O país ficou famoso mundialmente após criar o Índice Felicidade Interna Bruta, medida que avalia a felicidade dos habitantes a cada dois anos.

 www.onu.org.br

Geração de renda para mulheres do cerrado

A Care Brasil realizou mais uma iniciativa do Programa Goiás para um grupo de mulheres da região. Elas passaram por uma capacitação gratuita para aprenderem a desenvolver sabonetes e shampoos artesanais. Todas as participantes já trabalhavam com estes produtos, porém, aprenderam novas técnicas para coleta de flores e obtenção de extratos. Após o curso, as mulheres se dividiram em dois grupos e já começam a colher os frutos do seu trabalho. Em Santa Fé, três delas estão recebendo R\$ 400 por mês com as vendas. O outro grupo já desenvolveu uma linha de produtos com sabonetes, shampoos e condicionadores, chamada Aromas do Cerrado. A ação é contínua e está prevista uma nova capacitação para o segundo semestre.

 www.carebrasil.org.br



Unindo esforços em rede

A ferramenta do *crowdfunding*, ou financiamento coletivo, leva causas a um grande número de pessoas por meio da internet

Por Thaís Iannarelli

Colocando em prática a teoria de transmitir conhecimentos do setor privado para o setor social, André Gabriel, que hoje atua como empreendedor na ferramenta *crowdfunding*, é formado em engenharia pela Universidade Federal de Minas Gerais e tem MBA em Gestão de Negócios e em Finanças pelo IBMEC. André também já atuou como consultor em gestão empresarial na Petrobras e na Gerdau Ameristeel (no Texas e em Minnesota, nos Estados Unidos), em projetos pelo Instituto de Desenvolvimento Gerencial (INDG).

Com tanta experiência no Segundo Setor, André decidiu mudar de área seguindo sua vontade de contribuir. “Inspirei-me no conceito de negócio social de Muhammad Yunus e pensei em criar uma empresa cujo core business fosse resolver um problema social”. Atualmente, André tem dois projetos relacionados ao *crowdfunding*: a *LET’S Crowdfunding* e o *Mobilize – Crowdfunding* no Facebook. Além disso, dá cursos sobre o tema pelo Brasil e dá consultoria a negócios sociais na Fundação Dom Cabral.

Em entrevista à **Revista Filantropia**, André fala sobre a ferramenta de financiamento coletivo, conhecida como *crowdfunding*, e sua utilidade para as instituições do Terceiro Setor.

Revista Filantropia: O que exatamente significa o crowdfunding?

André Gabriel: Significa financiamento coletivo, ou financiamento colaborativo. Uma multidão (*crowd*, em inglês) contribui, e você transforma sua causa, projeto, criação, ideia ou desejo em realidade. Cada um contribui com o valor que quer ou pode, e recebe uma recompensa proporcional à quantia que aplicou. Todo o

processo de captação acontece pela internet, por meio de plataformas de *crowdfunding*, como o *Mobilize*.

RF: Este conceito já é conhecido no Brasil? As instituições do Terceiro Setor estão familiarizadas com esta ferramenta de captação de recursos?

AG: Fora do Brasil, já foram captados mais de US\$ 2 bilhões desde 2002 para causas socioambientais via *crowdfunding*.

Entretanto, no Brasil o conceito ainda é muito novo, e o potencial desta ferramenta é pouco explorado pelas instituições do Terceiro Setor.

RF: Você conhece algum exemplo de instituição que tenha usado o crowdfunding como ferramenta?

AG: Várias organizações já utilizaram ou estão planejando captar recursos via *crowdfunding*.

Algumas delas são o ChildFund Brasil, TETO Brasil, Care Brasil, APAE de Belo Horizonte, Instituto da Oportunidade Social (IOS), Associação Beneficente Evangélica de Foz do Iguaçu (ABEFI), entre outras.

RF: Fale um pouco sobre seus projetos nesta área.

AG: O Facebook é a maior rede social do mundo, e o Brasil ocupa a segunda colocação mundial, com 54 milhões de usuários, sendo que este número cresce a uma taxa de 40% por semestre. A base do *crowdfunding* é a divulgação e a recomendação do projeto entre amigos. Então, em que lugar na internet temos o maior número de amigos conectados dando dicas e recomendações uns aos outros o tempo todo? A partir da resposta para esta pergunta, ficou claro que precisávamos desenvolver uma solução que aproveitasse toda a força e as ferramentas do Facebook para financiar projetos colaborativamente. Com isso, fundamos o Mobilize, que é uma plataforma de *crowdfunding* no

Facebook. Com apenas dois meses e meio de existência, o Mobilize já havia alcançado 100 mil pessoas no Facebook, tinha mais de 200 projetos publicados e foi notícia na imprensa em mais de oito Estados do país.

RF: Você acha que as instituições brasileiras utilizam as redes sociais com eficiência quando se trata de divulgar e captar recursos para seus projetos?

AG: Algumas organizações já construíram uma grande rede de contatos nas redes sociais, como o Inhotim, que tem 28.000 fãs no Facebook; o Médicos Sem Fronteiras, que tem 53 mil fãs; e o Doutores da Alegria, com 55 mil fãs. Ao conquistar um grande número de fãs no Facebook, a visibilidade da organização e de seus projetos aumenta muito. Mas uma das dúvidas que surgem é: como utilizar essa rede para gerar recursos para a organização? Como fazer com que os 10, 100, 1.000 fãs se tornem 10, 100, 1.000 doadores? Para isso, podemos utilizar ferramentas como o Mobilize.

RF: Como a internet pode colaborar para o desenvolvimento de uma organização?

AG: Dentre várias vantagens, destaco: o aumento da transparência, credibilidade e visibilidade da organização, a aproximação da organização com seus atuais e potenciais doadores e a geração de recursos através das diferentes estratégias e ferramentas de captação de recursos on-line. 

Fora do Brasil, já foram captados mais de US\$ 2 bilhões desde 2002 para causas socioambientais via *crowdfunding*. Entretanto, no Brasil o conceito ainda é muito novo, e o potencial desta ferramenta é pouco explorado pelas instituições do Terceiro Setor

Links 

www.lets.bt
www.mobilizefb.com



ASSISTA AO PROGRAMA IN-DEPENDENTE COM UM NOVO FORMATO.
MAIS DINÂMICO E EDUCATIVO.

Drogas, quem se informa se previne.

AOS DOMINGOS,
ÀS 18H45,
NA TV SÉCULO 21

com
SANDRA MARIA SAHD



TV SÉCULO 21

Assista ao programa em tempo real
pelo site www.tvseculo21.org.br

Apoio:

Super Linda 

AQUINALDO
CABELOS

Troca de experiências

Quarta edição do Festival
Latino-Americano de
Captção de Recursos reúne
participantes de todo o Brasil

Por Thaís Iannarelli

Nos dias 23 a 25 de maio aconteceu em São Paulo o Festival Latino-Americano de Captção de Recursos 2012 – FLAC. Com o objetivo de abordar temas diversificados e promover a participação do público, a quarta edição do festival reuniu 300 participantes e mais de 50 palestrantes convidados para os três dias de evento.

O Festival, realizado pela Associação Brasileira de Captadores de Recursos (ABCR) e correalizado pela Revista Filantropia, aconteceu poucos meses após a posse da



Palestra sobre *crowdfunding* no FLAC 2012

nova diretoria da ABCR. Segundo o novo presidente da Associação, João Paulo Vergueiro, o FLAC é fundamental para a construção de uma sociedade civil mais forte e organizada. "Ao dialogar diretamente com os profissionais que atuam na área de sustentabilidade institucional das organizações, os chamados captadores de recursos, o FLAC atua para gerar identidade de grupo, trocar experiências e disseminar conhecimento em uma área que é muito forte nos países desenvolvidos, mas ainda nascente no Brasil", explica.

Entre os temas abordados no festival pelos palestrantes convidados estavam o *crowdfunding*, ferramenta que recolhe contribuições pela internet para viabilizar projetos; captação de doadores por meio do marketing direto; criação e gestão de fundos patrimoniais; gestão de grandes doadores; apoio internacional à sociedade brasileira; diversificação de fundos para a cultura, entre outros.

Além disso, os próprios participantes puderam sugerir temas e promover palestras e rodas de discussão no já conhecido Espaço Aberto. Alguns assuntos abordados foram gestão e elaboração de projetos, *cases* de sucesso e comunicação. No FLAC também foi lançado o prêmio Mobiliza, promovido pela ABCR, Revista



Participantes puderam sugerir temas de palestras no Espaço Aberto

Filantropia e Resource Alliance/IDIS, que tem como objetivo contemplar as melhores práticas de captação de recursos nas instituições brasileiras.

O FLAC 2013 já está programado para ocorrer em abril, na cidade de Salvador, Bahia. A intenção é que seja o melhor dos cinco anos de evento. "Nossa equipe em Salvador está preparando um festival extremamente profissional, mas sem perder a característica de ser um encontro feito com muita energia positiva, companheirismo e voluntarismo, que é o espírito que os associados da ABCR traz em todos os anos", explica Vergueiro.

Novos temas e abordagens também estão programados. "Abordaremos inúmeros temas novos e aprofundaremos outros, e teremos uma dinâmica que permitirá a interação dos captadores de todo o país com a realidade local. O FLAC 2013 será também o primeiro FLAC inteiramente organizado pela nova gestão da diretoria da ABCR, e queremos por isso tê-lo como grande vitrine do nosso trabalho", complementa o presidente.

O Festival é voltado a todos aqueles que atuam na área de mobilização de recursos e buscam adquirir e compartilhar experiências, assim como gestores de instituições, acadêmicos, estudantes e comunicadores em busca de informação qualificada sobre o tema. 

"Em 2013, abordaremos inúmeros temas novos e aprofundaremos outros, e teremos uma dinâmica que permitirá a interação dos captadores de todo o país com a realidade local"

 Link
www.flac.org.br

MARKET



ANALYSIS

EMPRESA DE PESQUISA DE MERCADO ESPECIALIZADA EM ESTUDOS DE INTELIGÊNCIA EM SUSTENTABILIDADE

Monitore os impactos dos programas em investimento social

Entenda as expectativas dos consumidores, *stakeholders* e públicos de interesse

Identifique os indicadores chave de reputação

Responsabilidade Social Corporativa

SponsorTracker

Monitor de Reputação Empresarial

Líder Barômetro

Media Reputation

Barômetro Ambiental

www.marketanalysis.com.br

info@marketanalysis.com.br
+55 48 3234 8573

Novos rumos para captar recursos

Com nova gestão, Associação Brasileira de Captadores de Recursos planeja atividades para agregar captadores de todo o país



João Paulo Vergueiro
presidente@captacao.org

No dia 26 de março de 2012, assumimos a nova gestão da diretoria nacional da Associação Brasileira de Captadores de Recursos (ABCR), e tomei posse como presidente para um mandato de três anos. Será a quinta gestão da ABCR, que já teve três presidentes – Custódio Pereira, Cristina Muraschko e Marcelo Estraviz, este último liderando a organização por seis anos, e a quem substituí.

A equipe que agora assume se formou a partir da união de muitos dos associados que já estavam voluntariamente se dedicando à associação, e também contou com a chegada de novos associados, ávidos para contribuir com o desenvolvimento da ABCR.

O grupo é bastante representativo e com competências complementares: como vice-presidente assumiu a associada Fagna Freitas, captadora da Santa Casa de Misericórdia da Bahia; a nova diretora administrativa e financeira é Daniela Weiers, da Vagalume. Além delas, fazem parte da diretoria Hosana Cabral Santi, de Belo

Horizonte, Ana Flávia Godoi e Sandra Helena Pedroso, do Rio de Janeiro, Jonas Leandro Flores, de Porto Alegre, Juliana Barrena e Rodrigo Alvarez, de São Paulo. Além deles, estão ativos os Núcleos Regionais da Bahia, Brasília, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo, além do Grupo Temático de Cultura.

Com 12 anos completos desde a fundação, a ABCR inicia um novo ciclo. Seu nome já é conhecido entre os captadores, sendo que mais de 1,7 mil deles, por todo o país (incluindo um em Angola e outro no Canadá), preencheram o formulário de associados nos últimos três anos.

A realização do quarto Festival Latino Americano de Captação de Recursos (FLAC), em São Paulo, reforça nossa ideia de uma associação consolidada, o que fez parte da nossa plataforma eleitoral. Para os próximos três anos, portanto, mais do que querer construir uma organização, pretendemos conduzi-la para uma nova fase, conjugando a representação política com a prestação de serviços aos associados



e desenvolvendo uma estrutura institucional que dê suporte ao trabalho realizado.

Na nossa carta-proposta, enviada aos associados antes da eleição, defendemos como prioridades quatro eixos temáticos:

1 Sustentabilidade: alcançaremos a sustentabilidade financeira própria para a ABCR e desenvolveremos uma estrutura administrativa que garanta isso. O plano estratégico será revisto, demonstrando conexão com a nova fase e com a perspectiva de crescimento institucional. Formaremos uma equipe contratada das áreas de secretariado e administração para cuidar da casa, da burocracia, e para dar suporte à diretoria. A diretoria financeira da ABCR atuará com planejamento financeiro, organizando a estrutura de custos e garantindo o adequado fluxo de caixa.

2 Associação: vamos fortalecer e ampliar a relação da ABCR com os associados, gerando valor ao indivíduo que se associa e construindo uma ampla estrutura de apoio e prestação de serviços. Vamos organizar melhor a relação ABCR e associado, gerando um reconhecimento espontâneo deste para com a instituição e um desejo genuíno de contribuir, por ver na ABCR o valor da sua anuidade bem investido, mas também reconhecendo nosso papel na sociedade e no Terceiro Setor. Vamos implementar um sistema moderno de relação com associados e entender como funciona a governança de organizações como a nossa para aproveitarmos as melhores práticas da sociedade civil.

3 Regionalização: a ABCR tem de estar na cidade, nas ruas, próxima à base dos associados, e não somente representada na sua diretoria nacional. O papel da nacional é coordenar, estruturar e estimular, mas quem desenvolve as atividades são os núcleos regionais e os grupos temáticos. Buscaremos uma meta ambiciosa de abertura de núcleos, e pretendemos criar uma grande rede nacional. Vamos garantir suporte logístico e estrutural aos núcleos: recursos financeiros, orientação, acompanhamento e visitas. E vamos fazer da diretoria nacional uma grande gestora dessa rede local da ABCR.

4 Inserção na sociedade: faremos da ABCR uma entidade representativa e atuante em debates nacionais e de relevância para o Terceiro

Setor e para os captadores e mobilizadores de recursos. Queremos ser reconhecidos pela própria sociedade civil como a entidade que fala em nome dos profissionais da área, e desenvolver um trabalho de incidência política que represente os interesses dos nossos associados. A inclusão da profissão no Código Brasileiro de Ocupações, a defesa de um marco jurídico para as ONGs no Brasil e a profissionalização do cargo de captador de recursos serão algumas de nossas bandeiras.

Nossa atuação, no entanto, não se encerrará nestes quatro eixos, e já para 2012 há uma série de ações imediatas que estamos realizando, como a organização do FLAC, a revisão do plano estratégico da ABCR, a elaboração do planejamento financeiro, a contratação de equipe especializada (toda a ABCR é voluntária), a organização de um plano de Comunicação e Marketing, a utilização de melhores ferramentas tecnológicas e a realização de evento em parceria com o evento ONG Brasil no final do ano.

Também, como resultado do crescimento da ABCR, há a necessidade de gerenciarmos de forma mais próxima a atuação dos nossos associados. O Código de Ética e Conduta Profissional da ABCR, até hoje modelo dentro organizações congêneres em todo o mundo, terá sua aplicação reforçada, e abriremos canais de comunicação para acompanhamento.

Pretendemos também investir em pesquisa aplicada no Terceiro Setor, uma área atualmente bastante deficiente no país, o que impossibilita a ABCR, por exemplo, de conhecer e informar o salário médio recebido pelos captadores e mobilizadores de recursos no Brasil. Uma das ideias é a criação de um concurso de artigos acadêmicos, sendo que os melhores serão publicados em revistas científicas qualificadas, proposta a ser futuramente melhor organizada.

Finalmente, há também uma relevante demanda do setor e dos profissionais em captação e mobilização de ampliarmos a transparência em relação aos prestadores de serviços na área. Nossa proposta é desmitificar esse mercado e ampliar o acesso dos associados da ABCR aos prestadores de serviço que são dedicados ao Terceiro Setor, algo semelhante ao que já existe em eventos de captação nos Estados Unidos e na Europa.

Até 2015 temos muito trabalho pela frente e muitos projetos em vista, e apresentei aqui apenas uma parte deles. Acreditamos na proposta da ABCR, e estamos comprometidos em dedicar nosso trabalho voluntário para que a organização seja cada vez maior e melhor. 

Pretendemos também investir em pesquisa aplicada no Terceiro Setor, uma área atualmente bastante deficiente no país, o que impossibilita a ABCR, por exemplo, de conhecer e informar o salário médio recebido pelos captadores e mobilizadores de recursos no Brasil



<http://captacao.org>



Novas faces do voluntariado

Tecnologia e solidariedade são as molas propulsoras do voluntariado digital

Por Paula Craveiro

A internet está mudando a maneira de se praticar o voluntariado. A conexão entre as pessoas ao redor do mundo permite a realização de trabalhos voluntários de maneira inédita na história.

Estima-se que atualmente existam cerca de 1 bilhão de pessoas que atuam como voluntários em todo o mundo. No Brasil, aproximadamente 25% da população está diretamente envolvida com alguma instituição. Esses números indicam que o potencial das pessoas para serem agentes de transformação ao invés de espectadores passivos está em crescimento.

Na América Latina, nos anos 1980; na Europa Oriental, nos anos 1990; e, mais recentemente, no mundo árabe, auxiliado pela rápida expansão das comunicações digitais, pessoas divulgaram, por meio de campanhas e ativismo baseados no voluntariado, seu desejo de participar dos processos democráticos. Tais iniciativas demonstram que o voluntariado precisa ter mais visibilidade no discurso sobre o desenvolvimento em nível global, regional e nacional.

“O advento de tecnologias de comunicação móvel e do voluntariado on-line, por exemplo, permitiram que muitas pessoas participassem pela primeira vez. A comunicação por meio de *Short Message Service* (SMS) é uma forma de microvoluntariado que contribui para a produção e a disseminação da informação, sendo frequentemente utilizada para aumentar a conscientização, informar escolhas e monitorar serviços públicos”, conta Fernanda Bornhausen Sá, presidente voluntária do Instituto Voluntários em Ação. “O voluntariado virtual, desenvolvido por meio da internet, tem eliminado a necessidade de o voluntariado ser ligado a locais e horas específicas, aumentando significativamente a liberdade e a flexibilidade do engajamento. O compartilhamento de informações em redes sociais, como Twitter e o Facebook, tem ajudado pessoas a se organizarem em questões que vão desde meio ambiente até mudança democrática, como ocorreu mais recentemente em alguns Estados árabes”, aponta.



Voluntariado digital

O voluntariado digital – também conhecido como voluntariado on-line ou virtual – é a modalidade de voluntariado em que as pessoas podem contribuir com uma organização social sem que haja a necessidade de estarem presentes em sua sede. Trata-se de uma boa oportunidade para colocar em prática seus conhecimentos

e aptidões em prol de uma causa, sem precisar se deslocar. Mas o fato de não exigir a presença do voluntário não significa, de maneira alguma, que esse trabalho não demande tempo e dedicação. “Se você não tem tempo para fazer uma atividade voluntária presencial, muito provavelmente também não terá tempo para ser um voluntário on-line. É um equívoco pensar em voluntariado digital como método alternativo para pessoas que não possuem tempo. Tempo é essencial em qualquer uma das modalidades”, adverte Jayne Cravens, pesquisadora e especialista em voluntariado digital.

Voluntários digitais são todos aqueles capazes de utilizar a internet, independentemente da idade, com diferentes níveis de escolaridade e de qualquer país e etnia. Apesar de utilizarem a internet, é importante destacar que a atuação desses voluntários não está restrita a atividades relacionadas ao uso de tecnologia. “Voluntários on-line podem se engajar em uma variedade de tarefas que não se limitam ao campo tecnológico, como prestar consultoria em um plano de negócios; auxiliar no desenvolvimento de recursos humanos ou no levantamento de fundos; desenvolver ações de relações públicas e serviços de comunicação, tradução e design; realizar pesquisas; e atuar como facilitadores de discussões on-line”, explica Jayne.

Uma pesquisa realizada pelo Serviço de Voluntariado On-line das Nações Unidas indica que mais de 50% das tarefas desenvolvidas não se relacionam ao uso de tecnologia.



Benefícios

O Instituto Voluntários em Ação foi a primeira entidade brasileira a adotar esse conceito, sendo hoje considerada especialista nessa modalidade.

Segundo Fernanda, a incorporação de voluntários on-line à equipe gera uma série de benefícios. O primeiro deles é a ampliação da área de alcance e atuação da organização. “Por meio de e-mails, redes sociais e celulares é possível transmitir mensagens sobre a entidade apoiada e a causa defendida para um grande número de pessoas, alcançando um novo público. Além disso, essas mesmas tecnologias contribuem para que haja uma interação mais rápida e eficaz entre os próprios voluntários”, explica.

Outro benefício refere-se à questão ambiental. “Ao deixar de se deslocar de casa até a entidade, o voluntário contribui para a melhoria da qualidade do ar, uma vez que não utilizará seu carro e deixará de emitir poluentes, e produzirá menos descarte de papel e demais materiais.

Essas ações, que em princípio podem parecer simples, representam uma grande vitória para o meio ambiente”, garante Anika Gärtner Camilo, oficial de Programas da UNV Brasil.

“Essa modalidade de voluntariado ainda possibilita que pessoas possam auxiliar organizações voltadas às causas de seus interesses, ainda que estas não apresentem vagas condizentes com a área de atuação do profissional ou, então, que estejam localizadas em regiões longínquas, sem que haja necessidade de viajar até o local”, lembra Anika.

Primórdios

O conceito de voluntariado digital vem sendo desenvolvido desde o início da internet. Um dos exemplos mais remotos de voluntariado on-line formal é o Projeto Gutenberg, iniciado nos anos 1970. Um grupo de voluntários foi mobilizado especificamente para contribuir com um projeto sem fins lucrativos a fim de ajudar o próximo diretamente de suas casas, escritórios ou laboratórios das escolas, e criar versões eletrônicas de livros de domínio público.

Fonte: Instituto Voluntários em Ação



Formas de atuação

As novas mídias e tecnologias não devem ser compreendidas apenas como soluções que visam a facilitar nossa vida profissional ou divertir nossa vida pessoal; como visto anteriormente, elas podem – e devem – ser úteis para toda a comunidade. Basta ser criativo e inovador para se tornar um voluntário digital.

Um exemplo de como a tecnologia pode ser empregada positivamente vem do Hospital da Baleia, de Belo Horizonte (MG). Recentemente, a entidade criou a Rede de Voluntariado Digital Amigos do Baleia, que consiste em uma rede exclusiva para reunir pessoas comprometidas com a causa social e que buscam contribuir para a transformação da sociedade.

“A Rede de Voluntariado Digital é uma ferramenta desenvolvida para a captação de recursos via internet, que utiliza da Tecnologia da Informação e de modernos modelos colaborativos de produção, financiamento e relacionamento interpessoal: *crowdsourcing*, *crowdfunding* e rede social (integrando Twitter e Facebook)”, explica Paulo Carvalho, gerente de Relações Institucionais

É um equívoco pensar em voluntariado digital como método alternativo para pessoas que não possuem tempo. Tempo é essencial em qualquer uma das modalidades

do Hospital. “O objetivo é reunir pessoas que queiram doar recursos, tempo, trabalho e talento para causas de interesse social e, assim, contribuir para a sustentabilidade financeira do hospital. Os recursos financeiros adquiridos por meio da ferramenta são de fácil aplicação. A verba pode ser utilizada conforme as necessidades do Hospital, com importante fluxo financeiro”.

Para estreitar o relacionamento com os voluntários digitais, o Hospital da Baleia realiza, ao término de cada campanha, a prestação de contas; promove encontros bimestrais com visitas às alas e apresentação de equipamentos e melhorias internas geradas por meio das doações; realiza e incentiva debates sobre cidadania, solidariedade, trabalho voluntário; oferece palestras de saúde e nutrição e organiza eventos para reconhecimento e premiação dos voluntários mais engajados”, afirma Carvalho.

Guia do Voluntariado Virtual

O primeiro Guia do Voluntariado Virtual foi publicado em 2000 e oferecia informações detalhadas sobre os conceitos básicos da criação e gestão de um programa de voluntariado on-line de sucesso. A obra apresenta o estado do voluntariado virtual até 1998 e conta com a contribuição de diversas organizações e voluntários virtuais que colaboraram na origem do Projeto de Voluntariado Virtual, entre 1996-1998. Uma nova versão do guia está prevista para 2012, ainda sem data para lançamento.

Download: <http://www.serviceleader.org/sites/default/files/file/vvguide.pdf>

A divulgação espontânea é a forma de voluntariado digital escolhida pelo Exército da Salvação, organização que iniciou suas atividades em 1865, na Inglaterra, e atualmente está presente em mais de 124 países.

Em seu site, a entidade disponibiliza banners e cartazes, além de links para redes sociais (Facebook, Twitter e YouTube), que podem ser inseridos em blogs e sites dos internautas interessados em divulgar a causa voluntariamente. Também está disponível um modelo de mensagem para e-mail, que pode ser enviado a amigos e conhecidos como sugestão.



Links

www.amigosdobaleia.org.br
www.exercitodoacoes.org.br
<http://filantropia.org>
www.idealists.org
<http://myimpact.org>
www.onlinevolunteering.org/en/index.html
www.sparked.com
www.voluntariosemacao.org.br
www.voluntariosonline.org.br
www.voluntariosonline.org.br
www.volunteermatch.org



Redes sociais especializadas

Para uma organização social dar início a um programa de voluntariado digital, não há necessidade de se construir uma plataforma on-line própria ou a utilização de uma ferramenta tecnológica

específica. “Se uma organização possui e-mail, ela pode envolver voluntários on-line. Uma entidade pode efetivamente envolver e dar suporte aos voluntários virtuais por meio das ferramentas de internet que possui, como e-mail, MSN, Google Talk, Skype etc.”, afirma Jayne Cravens.

As instituições podem, inclusive, fazer uso de ferramentas gratuitas para prestar suporte a todos os voluntários, como o uso do YahooGroups ou o GoogleGroups e dos calendários on-line disponibilizados pelo Google e pelo Yahoo.

Já existem diversas iniciativas com essa intenção, baseadas em *crowdsourcing*, que tratam de pequenas ações para contribuir em projetos de voluntariado. Um desses sites é o Sparked. Diferentemente de outras plataformas de microvoluntariado, o Sparked faz duas perguntas fundamentais antes de começarem os trabalhos: “Quais são as causas com as quais você se importa?” e “Quais são suas habilidades?”. A partir dessas informações, o site filtra os “desafios” adequados para seu perfil e seleciona algumas missões. Essas missões passam por vários níveis de dificuldade, variando desde atividades simples, como dar *feedback* sobre o site da instituição, até criar o nome para uma nova campanha, identificar o público-alvo do blog, ajudar na estratégia de divulgação, e por aí vai.

Já o Citizen Effect busca conectar cidadãos com comunidades que careçam de apoio para seus projetos. “Procuramos pessoas que não querem apenas dar \$50, mas que queiram juntar amigos, família e rede social para angariar \$1.000, \$5.000 ou \$10.000 e ter um impacto real e significativo nas vidas de uma comunidade em necessidade”, diz o site.

No site Idealist.org, é possível procurar oportunidades de voluntariado e de emprego no Terceiro Setor, buscar apoiadores para uma ideia ou projeto filantrópico e recrutar pessoas para trabalhar. No Brasil, alguns sites como Filantropia.org e Voluntários em Ação atuam de maneira semelhante, conectando quem quer contribuir com organizações e projetos que precisam de ajuda. Por aqui há ainda uma plataforma de voluntariado virtual, gerenciada pelo Instituto Voluntários em Ação, que oferece às organizações um banco de dados de voluntários de todo o país – Portal Voluntários Online.

Agora, se você já faz sua parte, o site My Impact oferece a possibilidade de registrar suas boas ações como forma de inspirar outras pessoas. O objetivo é promover o espírito competitivo para ver quem pode fazer mais, além de reforçar para voluntários e doadores a ideia de que pequenas ações, somadas, fazem a diferença.



XIII Congresso Brasileiro do 3º Setor

Direito | Auditoria | Contabilidade | Captação de Recursos

28 de Setembro de 2012 | Hotel Intercontinental | Alameda Santos, 1123 • São Paulo|SP • Brasil

Objetivo: O Programa do congresso tem por objetivo, contribuir com a atualização e o aprimoramento da capacitação profissional da sociedade civil organizada e das empresas socialmente responsáveis, diante das mutações legais, contábeis e de sustentabilidade do Terceiro Setor.

Indicação: Administradores Públicos e dirigentes das organizações não governamentais, Assistentes Sociais, Auditores, Captadores de Recursos, Contabilistas, Ecônomos e Provinciais Religiosos, Estudantes, Membros dos Conselhos Municipais/Estaduais e Operadores do Direito.

Palestrantes

Aloysio Nunes Ferreira *Senador da República*
Marcos Biasioli *Titular da M.Biasioli Advogados, Idealizador e Editor da Revista Filantropia*
Daniel B. Lopes *Sócio da KPMG Auditores Independentes*
Robinson Meira *Partner da BDO Brazil*
Antonino Ferreira Neves *Vice-Presidente da FENACON*
José Aparecido Maion *Coordenador da Câmara de Fiscalização, Ética e Disciplina do CRC - SP*
Valmir Leôncio da Silva *Coordenador Técnico da Escola de Contas do Tribunal de Contas do Município de São Paulo*

José Roberto Covac *Titular da COVAC Sociedade de Advogados*
Fabício Oliveira Braga *Consultor Jurídico do Ministério da Saúde*
Aldo Valentim *Coordenador Geral dos Projetos Especiais das Oficinas Culturais do Governo do Estado de São Paulo*
Alcione de Albanesi *Presidente da FLC Lâmpadas e da ONG Amigos do Bem*
Leonardo Letelier *CEO da Sitawi*
Ângelo Franzão *Superintendente de Marketing e Captação de Recursos da AACD*
João Paulo Vergueiro *Presidente da Associação Brasileira de Captadores de Recursos*

Inscrições e Coordenação

www.economica.com.br
Tel.: (11) 5102.4654
congressos@economica.com.br

Coordenação geral:
Dr. Marcos Biasioli

VAGAS LIMITADAS!

Apoio



Realização





Revolução: a Revolução da Vontade



O Planeta é Voluntário



Link 
www.cvsp.org.br

e-mail @
facaparte@cvsp.org.br

Não é um movimento radical ou violento... vem de mansinho, toca o coração das pessoas, exige reflexão e a construção gradativa dos conceitos de responsabilidade social e prática cidadã. Não é revolução, é uma “revolução”: “o verdadeiro trabalho voluntário é baseado no espírito de servir de modo consciente e livre, e vem-me a mente a palavra revolução, criada pelo professor Deodato Rivera para designar a atuação da pessoa motivada e comprometida nos processos de mudança social”.

Esta frase de 2001 é de Antônio Carlos Gomes da Costa, educador. Nessa “revolução”, o ser humano está no centro. A mudança que cada um promove dentro de si, baseada em valores, abre espaço para a contribuição e participação de cada um nas mudanças para a sociedade e para o mundo. Da vontade para a consciência, e desta para a atitude: a consciência se torna, com o trabalho, um agente de transformação.

Há uma história que ilustra bem este conceito. De férias em uma cidade à beira mar, um homem

acordou de manhã e foi caminhar na praia. Viu, então, um jovem fazendo movimentos com os braços, da areia em direção à água. Ficou curioso e se aproximou. A maré estava baixa e havia milhares de estrelas do mar na areia. O sujeito estava pegando as estrelas, uma por uma, e devolvendo-as à água. O homem ficou perplexo e disse que aquilo era insensato, porque havia milhares de estrelas. O jovem pegou uma delas, olhou para o curioso e disse: para esta, faz muito sentido. E jogou-a ao mar. Assim, cada um que puder salvar uma estrela do mar ou a si próprio já está ajudando a humanidade.

Quando surge o questionamento “ser ou não ser voluntário?” acontece a “revolução”, a consciência, a sensibilidade, a vontade. Daí, como consequência, verifica-se a capacidade de transitar da intenção para a ação.

Existem algumas etapas do processo de conscientização, de acordo com a obra *Revolução – Faça Parte*, de Antônio Carlos Gomes da Costa (2001). São elas:

1º momento:

a consciência apreende a realidade

A consciência reflete a realidade, assimilando, a seu respeito, um conjunto de dados e informações.

2º momento:

a consciência compreende a realidade

A consciência estabelece ligações, nexos, relações entre os diversos dados e informações que lhe chegam, construindo um entendimento que vai amadurecendo com o tempo sobre determinado aspecto da realidade.

3º momento:

a consciência significa a realidade

A consciência assume uma atitude de não indiferença diante de determinada questão, aspecto ou dimensão da realidade, e se posiciona pró ou contra aquele aspecto, imprimindo-lhe um significado que pode ser positivo (valor) ou negativo (antivalor).

4º momento:

a consciência projeta a realidade

Projetar a realidade é visualizar claramente um “poder ser”, um “dever ser”: é imaginar como seria a realidade se a postura que se defende em relação a ela acabasse por prevalecer. É saber o itinerário para atingir este novo patamar.

5º momento:

a consciência critica a realidade

Quando a consciência se torna detentora de uma visão clara do “poder ser” ou do “dever ser” de uma realidade,

torna-se capaz de identificar a distância entre aquilo que é e aquilo que poderia ou deveria ser, isto é, torna-se capaz de criticar a realidade.

6º momento:

a consciência transforma a realidade

Quando a consciência atua sobre a realidade mediante uma ação crítica (visualização da distância entre o “ser” e o “dever ser” de determinado aspecto da realidade), pode-se dizer que a consciência está presidindo uma ação transformadora da realidade.

A decisão de se tornar voluntário quase nunca é de natureza puramente racional. Ela envolve emoções frequentemente muito profundas. É importante, no entanto, estar consciente de que esta dimensão existe, é fundamental na escolha e deve ser respeitada ao extremo. Na passagem da decisão à ação, pulsa o motivo. A motivação é o motor da ação.

Quem se propõe a promover o voluntário não deve ser um fornecedor de motivos, mas um criador de espaços e oportunidades para que cada pessoa possa descobrir as suas motivações. A porta para a ação, na verdade, só se abre por dentro.

É muito desejável que a cultura do voluntariado se instale de vez em nosso cotidiano como forma de melhorar a realidade. A justiça, a democracia plena e o desenvolvimento sustentável serão realidade quando houver uma mudança social gradativa que reflita a liberdade e a vontade (volição) de cada um na construção dos conceitos de cidadania e responsabilidade social. ♡

Quando surge o questionamento “ser ou não ser voluntário?” acontece a “revolução”, a consciência, a sensibilidade, a vontade. Daí, como consequência, verifica-se a capacidade de transitar da intenção para a ação

Precisa se comunicar com públicos relacionados a iniciativas ambientais?



Para gerenciamento de crises, ações de comunicação, relacionamento com entidades de classe e comunitárias, entre outras atividades, a Maxpress disponibiliza ao mercado o Ambiental.

Dentro de uma plataforma on-line, o Ambiental agrega todos os públicos para o seu relacionamento corporativo com as mais diversas áreas ambientais. Dessa maneira sua ação será focada e ágil, com resultados assertivos e diretos.

Maxpress - Tecnologia para Relacionamentos com Públicos Estratégicos

(11) 3341-2800
www.maxpress.com.br

Maxpress

ECA: é hora de mudar?

Estatuto da Criança e do Adolescente precisa passar por adaptações para conter a violência provocada por menores infratores e diminuir a sensação de impunidade

Por Luciano Guimarães

Ao completar seu 22º aniversário – comemorado em 13 de julho (lei nº 8.069) –, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) mais uma vez está no foco dos debates em torno da necessidade de mudanças urgentes para conter o avanço da violência provocada por menores infratores, além de salvaguardá-los em estabelecimentos correccionais melhor preparados para reinseri-los na sociedade.

Um dos aspectos que mais vêm recebendo críticas é o fato de que o Estatuto peca ao não fazer a dissociação entre menor abandonado e infrator, conceito que ainda se confunde nas entrelinhas da lei, posto que também é visto como muito paternalista. Tal característica é apontada como barreira para a implantação de determinadas ações na área de segurança pública, por exemplo, como a resistência existente para a diminuição da maioridade penal, dado o crescente volume de casos hediondos envolvendo menores.

Segundo a Secretaria Nacional dos Direitos Humanos, o número de crimes cometidos por menores vem aumentando, assim como a quantidade de internações em instituições como a Fundação Casa. Até o fim de 2010, 18.107 adolescentes estavam internados e, globalmente, 58.764 adolescentes cumpriam medida socioeducativa no país. Entre os avanços evidentes trazidos pelo Estatuto está a elevação do número de denúncias de maus tratos e punições aos agressores, além do estabelecimento de políticas públicas de atendimento e assistência.

Em 22 anos de existência, o ECA tem sido fundamental para detalhar direitos e deveres das crianças e dos adolescentes, pais, gestores públicos, profissionais da saúde e conselhos tutelares, cada qual cumprindo o seu papel.

Para entender melhor

O Estatuto da Criança e do Adolescente foi criado com o objetivo de proteger integralmente a criança

Artigos do ECA sobre o Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer (Título II, Capítulo IV)

Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes:

- I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II – direito de ser respeitado por seus educadores;
- III – direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;
- IV – direito de organização e participação em entidades estudantis;
- V – acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência.

Parágrafo único. É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais.

Art. 54. É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente:

- I – ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;
- II – progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio;
- III – atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;
- IV – atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade;
- V – acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;
- VI – oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do adolescente trabalhador;

VII – atendimento no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

§ 1º O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.

§ 2º O não oferecimento do ensino obrigatório pelo poder público ou sua oferta irregular importa responsabilidade da autoridade competente.

§ 3º Compete ao poder público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsável, pela frequência à escola.

Art. 55. Os pais ou responsável têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino.

Art. 56. Os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental comunicarão ao Conselho Tutelar os casos de:

- I – maus-tratos envolvendo seus alunos;
- II – reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar, esgotados os recursos escolares;
- III – elevados níveis de repetência.

Art. 57. O poder público estimulará pesquisas, experiências e novas propostas relativas a calendário, seriação, currículo, metodologia, didática e avaliação, com vistas à inserção de crianças e adolescentes excluídos do ensino fundamental obrigatório.

Art. 58. No processo educacional respeitar-se-ão os valores culturais, artísticos e históricos próprios do contexto social da criança e do adolescente, garantindo-se a estes a liberdade de criação e o acesso às fontes de cultura.

Art. 59. Os municípios, com apoio dos estados e da União, estimularão e facilitarão a destinação de recursos e espaços para programações culturais, esportivas e de lazer voltadas para a infância e a juventude.

Em 22 anos de existência, o ECA tem sido fundamental para detalhar direitos e deveres das crianças e dos adolescentes, pais, gestores públicos, profissionais da saúde e conselhos tutelares, cada qual cumprindo o seu papel

(até 12 anos incompletos) e o adolescente (de 12 a 18 anos), definindo que ambos têm assegurado o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, à cultura e à liberdade.

Além disso, garante direitos antes mesmo do nascimento, ao proporcionar às gestantes atendimento médico de qualidade na rede pública de saúde. Em seguida ao parto, elas têm direito a condições adequadas para amamentação, como horário especial e local silencioso, de acordo com a legislação trabalhista e previdenciária.

O ECA é dividido em dois livros – o primeiro trata da proteção dos direitos fundamentais da pessoa em desenvolvimento e o segundo versa sobre os órgãos e procedimentos protetivos. É possível destacar alguns dos temas tratados na legislação que fizeram grande diferença no decorrer dos anos, como a evolução nos procedimentos de adoção, a aplicação de medidas socioeducativas e as funções do Conselho Tutelar, além da

forma como são tratados atualmente os crimes cometidos contra crianças e adolescentes.

O Estatuto é tão cuidadoso com crianças e adolescentes que lhes assegura direito de atendimento prioritário em postos de saúde e hospitais. Em situações de acidente de trânsito, incêndio, enchente ou emergências similares, devem receber socorro em primeiro lugar. O direito à educação foi outra vitória conquistada, ainda que existam crianças fora da escola. A diferença é que hoje os Conselhos Tutelares estão mais atentos a problemas dessa natureza. Cabe aos pais, em primeiro lugar, o dever de proporcionar escola à criança e ao adolescente. Além disso, devem sustentar e guardar os filhos menores, sob pena de responderem por abandono de incapaz.

Por essas e outras características, ainda que se conteste este ou aquele artigo ou parágrafo, o Estatuto da Criança e do Adolescente é reconhecidamente fundamental para a sociedade brasileira. 

Tecnologia, Gestão e Inovação nas Organizações do Terceiro Setor

Por Valter Cegal

O Terceiro Setor é uma das molas propulsoras do desenvolvimento social. Muitas organizações da sociedade civil enfrentam uma crônica falta de recursos humanos e financeiros e, desta forma, encaram dificuldades que afetam a realização de seus projetos. Um desses empecilhos é a falta de recurso tecnológico para as organizações. Nos dias de hoje, existem projetos que necessitam de ferramentas de tecnologia para serem realizados. Ocorre que a tecnologia muitas vezes é levada para o “banco de trás” para que questões mais urgentes sejam consideradas.

Com relação à Tecnologia da Informação (TI), os principais obstáculos e desafios para a sua utilização nas organizações vêm da falta de experiência, falta de profissionais na área, questões de privacidade e preocupações com a segurança, além da percepção errônea de que o custo é elevado. Em suma, existe grande

difficuldade para que as organizações do Terceiro Setor se apropriem de maneira adequada da TI. As organizações devem conhecer, entender e gerenciar seus processos internos, que se tornam muito mais eficientes se aplicados juntamente com a TI. Sendo assim, as organizações podem desenvolver-se de maneira muito mais rápida e melhor.

Alguns requisitos importantes para o desenvolvimento da organização, como gestão, inovação e comunicação, devem ser devidamente compreendidos. Administrar uma instituição é um desafio muito grande. É preciso saber cuidar da gestão de uma organização que não visa lucro, e sim efetua a reutilização dos investimentos ou doações obtidos. A implantação da gestão deve ser somada à necessidade de entender que a TI pode ser uma grande aliada para obter a plenitude dos resultados de uma organização sem fins lucrativos.

Planejar o uso da tecnologia é muito importante, e as organizações precisam saber: quais produtos devem usar para tal tarefa, quando devem usar, para que usar, onde e como adquirir e, finalmente, de quem. Em resumo, fazer um planejamento de tecnologia. Faz parte da administração de uma organização o comprometimento com a sua identidade organizacional. Uma missão esclarecedora dará direção e significado às organizações. A visão estabelecerá aonde se quer chegar em determinado tempo, e os valores são apresentados para garantir os princípios éticos e morais. Através dessas atividades, os objetivos, metas, recursos e divisões de tarefas podem ser estabelecidos. Esse é o planejamento estratégico que qualquer negócio (seja governamental, privado ou social) deve criar. O planejamento juntará a identidade organizacional para criar estratégias dentro dos princípios e valores da organização. Faz parte de uma técnica administrativa para ordenar as ideias, permitindo criar uma visão do caminho que a organização deve seguir.

A inovação é um processo normalmente tido como caro. Porém, apenas o fato de pesquisar mais e procurar conhecer melhor a TI já faz parte do processo de inovação. Pensar sempre em fazer melhor também é parte do contexto de inovação. As organizações não precisam utilizar tecnologias atuais e complexas; podem utilizar tecnologias simples e existentes. É preciso identificar as necessidades, extrair as ideias internas e engajar a organização no projeto e na apropriação dela. Além de aumentar a visibilidade e a eficiência, a tecnologia gera comunicação entre os parceiros, clientes e patrocinadores. Melhora a qualidade dos serviços prestados, permite a expansão em novas áreas e propicia a redução de custos na prestação de serviços.

Chegamos a uma questão: se a TI é tão importante, por que as organizações sem fins lucrativos não aproveitam? As instituições reconhecem que a carência de recursos financeiros é o principal fator que impossibilita o uso de melhores TI. Elas, ainda, possuem dificuldade para entender o que necessitam, quais ferramentas são mais efetivas, ou não sabem como conseguir o que precisam. Muitas vezes movidas por trabalhos voluntários, não há completa linearidade nos projetos.

Em pesquisa realizada recentemente com cerca de cem organizações que receberam doação de licença de *software* (através do Programa TechSoup Brasil), foi possível perceber o impacto da Tecnologia da Informação nas organizações sem fins lucrativos. Confira a tabela abaixo:

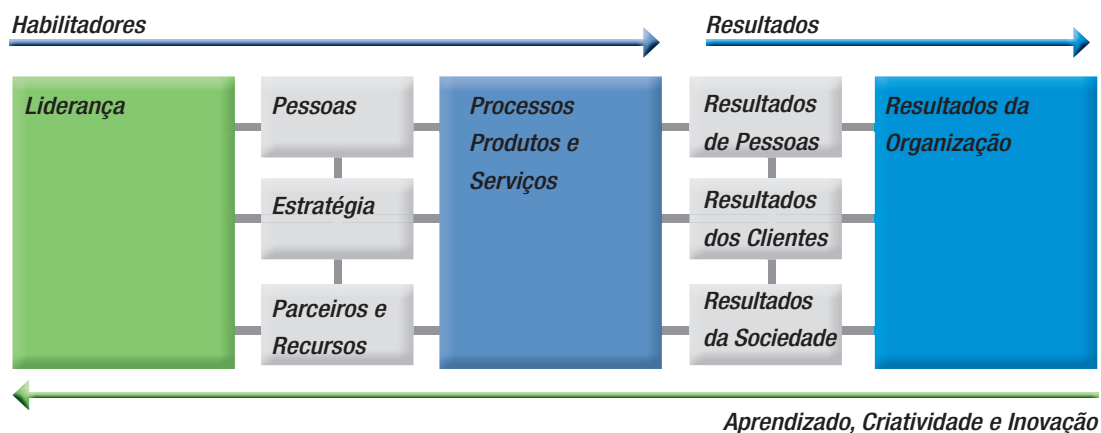
A doação de licença de software gerou algum impacto na missão da organização?

Resposta	Porcentagem
Sim	92%
Não	8%
TOTAL	100%

Fonte: ATN/TechSoup Brasil

Existem alguns fatores que influenciam o impacto na missão das organizações. A gestão é grande fator que deve ser colocado junto à tecnologia para que haja um impacto positivo. Conforme o gráfico abaixo, percebemos que as organizações melhoraram seus serviços e produtos graças à implantação de novas tecnologias. Um dado que podemos ressaltar é o fato de que as organizações não têm muita preocupação em relação à legalização do *software*, mas é importante que as organizações não se voltem para a prática do uso ilegal.

Diagrama sobre a importância da liderança



A implantação da gestão deve ser somada à necessidade de entender que a TI pode ser uma grande aliada para obter a plenitude dos resultados de uma organização sem fins lucrativos

O impacto da TI na organização

Resposta	Porcentagem
Oferta de cursos de capacitação	33%
Oferta de programas de treinamento	9%
Aumento de produtividade e eficiência da organização	15%
Segurança de dados da organização	15%
Gerenciamento dos processos da organização	17%
Oferta de cursos de informática ou inclusão digital	7%
Aumentou a produtividade e possibilitou a oferta de cursos	4%
TOTAL	100%

Fonte: ATN/TechSoup Brasil

A utilização da TI

Resposta	Porcentagem
A organização melhorou os serviços ou produtos oferecidos	33%
Houve um significativo ganho de produtividade na organização	9%
Houve uma melhora nos processos e na maneira como as atividades são realizadas	15%
O gerenciamento das atividades internas melhorou significativamente	15%
A organização conseguiu fazer "mais" com "menos" recursos	17%
Foi possível inovar em algumas iniciativas realizadas pela organização	7%
Legalização do software	4%
TOTAL	100%

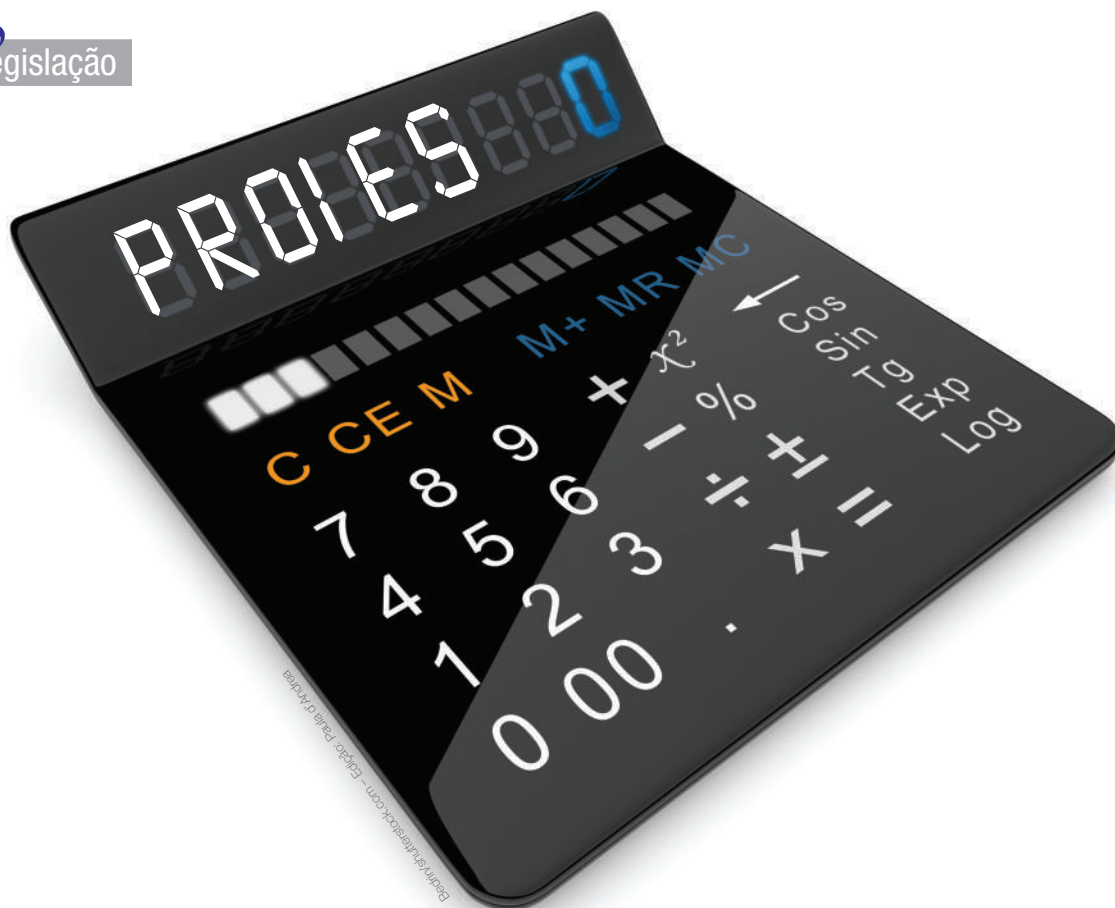
Fonte: ATN/TechSoup Brasil

Além de prejudicar seus princípios e sua credibilidade, tal fato gera uma ameaça ao armazenamento de dados. Ao usar *softwares* ilegais, as organizações passam a ser parte do problema, e não da solução.

Muitas organizações ainda não sabem como a TI pode auxiliar em suas atividades. No entanto, as que utilizam já percebem o quanto a tecnologia pode suprir suas necessidades e aumentar sua produtividade e eficiência. Com um trabalho mais eficaz, as atividades e serviços são concluídos com maior êxito.

Por fim, é preciso ter em mente que a tecnologia está sempre a serviço dos negócios e de seus desenvolvimentos. Administrar uma organização é uma tarefa que pode estar intimamente ligada à

tecnologia. Nos últimos tempos, houve um forte crescimento no volume de dados e informações que recebemos. Mas não basta conseguir reter essas informações; é preciso saber acessá-las e usá-las adequadamente. Além disso, a tecnologia possibilita que a rotina e o fluxo de processos da organização sejam estabilizados. As organizações não dão um foco necessário para a gestão e gerenciamento de processos. A TI também acompanha a dinâmica da gestão, possibilita eficiência no acesso às informações necessárias e às práticas da organização. Em suma, a gestão é a chave do sucesso das organizações do Terceiro Setor, e para realizar uma boa gestão é necessário conhecer os processos internos. 



Marcos Biasioli

marcos@mbiasioli.adv.br

Advogado em São Paulo, titular da M.Biasioli Advogados, pós-graduado em Direito Empresarial pela The European University, administrador de empresas pelo Mackenzie, consultor jurídico de entidades do Terceiro Setor, idealizador e membro do Conselho Editorial da Revista Filantropia.

PROIES: Fortalecimento das instituições de ensino superior ou enfraquecimento da receita tributária?

Colaborou:
Rodrigo Pinheiro Nako

O Congresso Nacional, no último dia 18 de julho, converteu a medida provisória 559/2012, que inicialmente tratava de assuntos relacionados à Eletrobrás, em lei ordinária, nº 12.688/2012 que, dentre outras disposições, instituiu o Programa de Estimulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior (PROIES).

O programa promete assegurar melhores condições para a continuidade das atividades de entidades mantenedoras de ensino superior, viabilizando: (i) a

manutenção dos níveis de matrículas ativas de alunos; (ii) a qualidade de ensino; (iii) a recuperação dos créditos tributários da União; e (iv) a ampliação da oferta de bolsas de estudos integrais.

O ponto alto que interessa às entidades de educação é a quitação de até 90% de suas dívidas tributárias junto à União Federal, que poderá ser feita através de compensação com oferecimento de bolsas de estudos a serem ofertadas por meio do Programa Universidade para Todos (Prouni).

O ponto alto que interessa às entidades de educação é a quitação de até 90% de suas dívidas tributárias junto à União Federal, que poderá ser feita através de compensação com oferecimento de bolsas de estudos a serem ofertadas por meio do Prouni

As condições previstas na lei para a integração ao PROIES estão nos incisos I ao III do artigo 13º:

- I – adesão ao Programa Universidade para Todos - Prouni**, instituído pela lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, com oferta exclusiva de bolsas obrigatórias integrais;
- II – adesão ao Fundo de Financiamento Estudantil - FIES**, sem limitação do valor financeiro destinado à concessão de financiamentos, nos termos e condições estabelecidos pela lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001;
- III – adesão ao Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo - FGEDUC**, criado a partir da lei nº 12.087, de 11 de novembro de 2009, nos termos e condições que regulamentam aquele Fundo.

Além disso, a instituição deve provar que está em grave estado econômico, ou seja, que possui dívidas tributárias federais vencidas que, divididas pelo número total de matrículas, resultem em um valor superior a R\$ 1.500. Para aferição deste resultado aritmético, devem-se inserir as dívidas tributárias federais vencidas até 31 de maio de 2012, inscritas ou não inscritas em Dívida Ativa da União, bem como aquelas objeto de execução fiscal federal e com a exigibilidade suspensa.

De forma didática, se uma Instituição de Ensino Superior (IES) possuir um montante de R\$ 1 milhão em dívida fiscal, ela deve dividir tal valor por R\$ 1.500 para verificar o total de matrículas ora constantes do Censo da Educação Superior, em 31/05/12, necessárias para o enquadramento no programa. Neste exemplo, ela deverá ter um volume total de 666 matrículas, porém, caso tenha mais ou menos matrículas, está fadada ao não enquadramento ao PROIES.

À primeira vista, o programa oferece uma série de vantagens e benefícios às entidades educacionais para a quitação do débito tributário, em especial aquele que autoriza a pagar o montante corresponde a apenas 10% do total devido em tributos federais. O restante pode ser realizado mediante a oferta de bolsas de estudos. E mais, é possível parcelar o débito em até 180 parcelas mensais e sucessivas, além da moratória de doze meses, isto é, o parcelamento se inicia a partir do décimo terceiro mês a contar da adesão.

Contudo, o PROIES não é uma via de mão única, pois, em primeira análise, são fáceis de aferir os diversos

benefícios concedidos às instituições de ensino, em especial àquelas tidas como beneficentes de assistência social, que seduzem qualquer contribuinte ante o aparente saco de bondades hasteado. Contudo, tal programa deve ser considerado como uma via de mão dupla, pois:

- (i)** A IES deverá apresentar um Plano de Recuperação Econômica e Tributária que contemple a projeção da receita bruta mensal e os respectivos fluxos de caixa até o mês do vencimento da última parcela. Cabe sublinhar que o cumprimento deste quesito será auditado pelo MEC, e o descumprimento do plano levará ao descumprimento do Programa, com a consequente cassação da moratória, acréscimo dos juros e multas, sob o fundamento que a exploração da educação cabe a qualquer um livremente, porém, a capacidade de autofinanciamento é requisito legal¹.
- (ii)** Cisão, fusão, aquisição, transferência de manutenção, unificação de mantidas ou descredenciamento voluntário de qualquer IES vinculado à optante serão motivadores da exclusão do PROIES, exceto se o MEC anuir, o que na prática é bem difícil e moroso.
- (iii)** A manutenção do indicador de qualidade, derivado de uma cesta de ingredientes: titulação do corpo docente, qualidade das instalações e avaliação da aprendizagem por meio do Enade são requisitos imprescindíveis para a manutenção no programa, sendo que qualquer vulneração que afete o Índice Geral do Curso da IES poderá ensejar a exclusão.
- (iv)** É obrigatória a formalização de renúncias a outros programas de parcelamento, tal como o PAES ou REFIS, bem como a desistência de forma irrevogável de demandas administrativas e/ou judiciais em que estejam em litígio o tributo que deu ensejo à adesão ao programa. E mais, tal desistência não implica na liberação de eventuais bens arrolados em tais demandas.

Neste caso, todo o mérito da discussão empenhada, seja ela administrativa ou judicial, cairá por terra, e a desistência implicará em confissão tácita do tributo lançado.

Esta imposição normativa viola os incisos XXXV e LV do artigo 5º da Constituição Federal, dentre eles

o Princípio do Livre Acesso ao Judiciário. Isso porque com a obrigatoriedade imposta pelo ato normativo ao contribuinte de desistir, de forma irrevogável, das discussões administrativas e/ou judiciais, houve uma lesão ao justo direito da entidade de submeter determinadas discussões para apreciação do Poder Judiciário. Além disso, tal exigência viola o Princípio do Contraditório e da ampla defesa, pois a disposição constitucional está sendo diretamente contrariada por uma lei ordinária.

De outro lado, cabe também destacar um dado importante que talvez passe despercebido pelo mantenedor: um dos requisitos para a concessão da moratória é a apresentação da relação de todos os bens e direitos, não só da mantenedora e mantida, mas também do mantenedor, dos administradores, gestores e representantes legais.

Estas informações beiram a quebra do sigilo dos profissionais, e para que haja o cumprimento de tal requisito é imprescindível que haja também a aquiescência dos envolvidos. E mais, tais informações, salvo melhor juízo, serão esteio de vinculação, isto é, numa eventual exclusão do programa derivada de qualquer desvio de finalidade, seguramente tais bens serão arrolados numa demanda fiscal.

Enfim, em homenagem à educação que transforma pessoas e também à sociedade, tudo é válido, pois como dizia Paulo Freire, “se a educação sozinha não pode transformar a sociedade, tampouco sem ela a sociedade muda”; o programa despejará milhões de reais na iniciativa livre educacional, porém, a grande tônica que fica é: não será uma gota no oceano?

A resposta deriva das pesquisas, haja vista que no último Censo da Educação Superior houve um aumento de mais de 100% da evolução do número de matrículas no ensino superior na última década, saltando de 3.036.113 para 6.379.299. Já o Censo anterior apontou

que 896.455 alunos não concluíram o curso, ou seja, algo em torno de 14% do total de alunos matriculados.

O curioso deste dado é que **10,5%** das evasões (**114.173**) foram de alunos da universidade pública, que oferece cursos integralmente custeados pelo orçamento do Estado e/ou da União, isto é, não sai do bolso do aluno, mas sim dos cofres públicos, cujo volume monta na casa de R\$ 1,7 bilhão ao ano.

O mesmo estudo aponta que o custo da evasão para a IES de natureza privada representa a média anual de R\$ 9 mil por aluno, que, se multiplicado por 782.282 evasões apontadas no Censo, resulta em torno de um custo total anual de **R\$ 7 bilhões**, o que leva a concluir que a evasão pode não ser a única, mas seguramente está dentro de uma das principais causas do enfraquecimento financeiro do IES.

Estudando a evasão do ensino superior por meio de pesquisa realizada², denota-se que não é só a dificuldade financeira que implica no abandono do ensino superior por parte do alunado, mas também por duas causas, uma interna e outra externa:

- (i) A **interna** está relacionada com: a infraestrutura, o corpo docente, a assistência socioeducacional (falta de incentivo à pesquisa, grade curricular defasada, monitorias, ausência de assistência aos alunos de baixa renda);
- (ii) Já a **externa** está associada com: a falha da tomada de decisão, imaturidade, curso de segunda opção, busca pela herança profissional, pressão familiar, baixa concorrência, deficiência da educação básica, repetência, desmotivação, desprestígio da profissão, novo interesse, problemas financeiros, moradia distante, problemas familiares, doença e outras. 

1 Lei nº 9.394, art. 7º, inciso III.

2 “Evasão no ensino superior: estudo dos fatores causadores da evasão no curso de ciências contábeis da universidade estadual de Montes Claros – Unimontes – MG.”
Autores da universidade estadual de Montes Claros: Ellen Christine Moraes Dias, Carlos Renato Theóphilo e Maria Aparecida Soares Lopes.



Palestras e oficinas Canto Cidadão

Bom humor e alegria como estratégias de desenvolvimento pessoal e profissional

Atuando junto a empresas, instituições de ensino, grupos abertos e órgãos sociais ou do governo, nossas palestras e oficinas tratam principalmente de temas como:

- a responsabilidade social e a motivação para o voluntariado nas empresas
- os direitos e deveres do cidadão
- a gestão de ONGs
- humanização hospitalar e qualidade de vida

E tudo sempre numa linguagem clara e muito divertida.

Mais informações: (11) 3259-8021 / (11) 3256-7296 ou www.cantocidadao.org.br





Terceiro setor: gestão, obstáculos e soluções

Venha debater sobre os desafios e a forma com que as políticas públicas afetam o 3º setor

creative house

Conheça os principais temas que serão abordados no evento:

- 1º Painel** ▶ ENTRAVES À GESTÃO PROFISSIONAL DAS ENTIDADES SOCIAIS
- 2º Painel** ▶ ESTÍMULOS E OBSTÁCULOS ÀS DOAÇÕES AO TERCEIRO SETOR
- 3º Painel** ▶ A CONSTRUÇÃO DO MARCO REGULATÓRIO DO TERCEIRO SETOR



www.apf.org.br/encontro2012

24 de outubro de 2012

Espaço Sociocultural CIEE - Rua Tabapuã, 445 - São Paulo / SP

realização

apf
Associação Paulista de Fundações

1 **Minha entidade atua na área da assistência social, porém, ela ainda não se cadastrou junto ao Conselho Municipal. Ainda estamos dentro do prazo de cadastramento? O que fazer caso o prazo já tenha se exaurido?**

As entidades de assistência social inscritas nos conselhos municipais antes da resolução nº 16, do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), publicada em 5 de maio de 2010, precisavam solicitar nova inscrição. Todavia, esse prazo que já havia sido prorrogado se encerrou em 30 de abril de 2012. De toda forma, o cadastro deve ser feito o quanto antes, pois a certificação junto ao conselho municipal é um requisito essencial para obtenção do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (Cebas), e o cadastro extratemporâneo implicará em uma análise mais demorada.

2 **Somos uma entidade beneficente de assistência social certificada pelo Ministério da Educação e temos vários equipamentos de informática que gostaríamos de doar para outras entidades. Porém, não existe saldo contábil dos referidos equipamentos. Podemos fazer a doação sem caracterizar distribuição de bens patrimoniais?**

É importante destacar que a doação de computadores aos colaboradores poderá ser interpretada como uma distribuição de seu patrimônio, inserida na restrição legal do art. 14, inciso I do CTN, alterado pela Lei Complementar nº 104 de 2001. Em se tratando de um repasse de patrimônio da instituição, isso poderá ser subsumido à dicção do Código Tributário Nacional, com implicações tributárias e comprometimento das benesses fiscais regulamentadas no art. 9º, do CTN. Porém, existe a possibilidade de que os referidos computadores obsoletos sejam doados para entidades congêneres mediante a formalização de um contrato de parceria, o qual, poderá ensejar que tal ato se materialize como uma contribuição econômica para fins de corroborar com outra obra social,

tornando palatável quantificar o produto da doação na rubrica de “gratuidade” em conformidade com o artigo 3º, § 3º, do decreto-lei nº 7237/2011. Porém, caso seja apenas uma simples doação, ainda que de bem totalmente depreciado, é recomendável que ela seja instrumentada por meio de um Termo de Doação, nos moldes esculpidos no art. 538 e ss. do CCB, com o escopo precípuo de resguardar os interesses da própria associação.

3 **De acordo com a Lei do Prouni, as universidades que desejarem receber recursos privados devem reservar parte de suas bolsas a negros, índios e portadores de necessidades especiais. Isso não seria inconstitucional, afrontando o princípio da isonomia?**

Esse não é o entendimento do Supremo Tribunal Federal, ora guardião da CF/88. O STF, em julgamento realizado em 03 de maio de 2012, por ampla maioria (7 votos a 1) se manifestou no sentido de que “a lei atacada não ofende o princípio da isonomia, ao contrário, busca timidamente efetivá-lo”, disse o ministro Joaquim Barbosa.

4 **Qual é a melhor maneira de saber se determinada entidade privada está impedida de estabelecer convênios com a Administração Pública Federal?**

Foi divulgada pela Controladoria Geral da União (CGU) em 09 de março de 2012 uma lista que contém 164 entidades privadas sem fins lucrativos, todas declaradas impedidas de conveniar com a Administração Federal. As entidades que tiveram seus nomes listados passam a integrar o Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas (Cepim), que pode ser acessado pelo Portal da Transparência da CGU, e terão ainda que responder a Tomadas de Contas Especiais, com vistas à quantificação dos prejuízos a que deram causa, para efeito de ressarcimento aos cofres públicos.



Conversão de dívidas em bolsas

As instituições de ensino superior particulares já podem converter até 90% das dívidas tributárias federais em bolsas de estudo do ProUni. A lei nº 12.688 foi sancionada no dia 19 de julho pela presidente Dilma Rousseff e instituiu as regras do Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior com o objetivo de “assegurar condições para a continuidade das atividades de entidades mantenedoras”. O objetivo é não haja diminuição do número de matrículas e sejam recuperados os créditos tributários da União. Poderão fazer parte do programa instituições que estejam em “grave situação econômico-financeira”, ou seja, aquelas que até 31 de maio apresentavam dívida tributária vencida que alcançasse pelo menos R\$ 1,5 mil por aluno matriculado. Também é pré-requisito que mantenha bons indicadores de qualidade do ensino nas avaliações aplicadas pelo MEC.

 www.agenciabrasil.gov.br

Entidades desportivas

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado analisa projeto que impede a reeleição ilimitada de dirigentes de federações e confederações esportivas, e restringe a quatro anos a duração máxima de um mandato. A proposta (PLS 253/12) do senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) também proíbe a nomeação de parentes para cargos nas instituições. O projeto altera a Lei Pelé (lei nº 9.615, de 24 de março 1998), que estabelece hipóteses de inelegibilidade para cargos e funções eletivas ou de livre nomeação de dirigentes de entidades desportivas. Outro projeto similar também está em análise na comissão. Segundo o PLS 328/10, de autoria do então senador Alfredo Cotait, “os clubes, federações, confederações e outras associações esportivas não poderão receber subvenções e quaisquer outras verbas do orçamento federal e de empresas sob controle estatal federal se os mandatos de seus presidentes e outros diretores excederem a duração de quatro anos, admitida a reeleição para período de idêntica duração em um único mandato subsequente”.

 www.senado.gov.br

Novo código penal

Concluído e entregue no mês de junho ao presidente do Senado, José Sarney, o anteprojeto do novo Código Penal passou a tramitar como o Projeto de Lei do Senado (PLS) 236/2012 e será analisado a partir de agosto por uma comissão temporária de 11 senadores. Organizado em mais de 500 artigos, ante os 356 do atual Código Penal, o texto consolida toda a legislação penal do país. A proposta prevê mudanças polêmicas, como a transformação da exploração dos jogos de azar em crime, a descriminalização do plantio e do porte de maconha para consumo próprio, o maior rigor na punição a motoristas embriagados e a ampliação das possibilidades do aborto legal. O relatório final entregue pela comissão de juristas, presidida pelo ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Gilson Dipp, contém também o histórico dos trabalhos.

 www.senado.gov.br

Cooperativas de trabalho

Após anos de luta, finalmente cooperativas de trabalho foram regulamentadas. Este marco foi sancionado pela presidente Dilma Rousseff no dia 19 de julho, transformando-se na lei nº 12.690/12. A nova lei define normas para a organização e o funcionamento das cooperativas de trabalho no país e cria o Programa Nacional de Fomento às Cooperativas de Trabalho (Pronacoop). O texto também garante uma série de direitos trabalhistas ao cooperado, como jornada máxima de oito horas diárias e 44 semanais, horas extras, adicional de insalubridade e periculosidade, repouso semanal e anual remunerado e seguro de acidente de trabalho.

A regulamentação tem como objetivo impedir fraudes como a criação de cooperativas para intermediar mão de obra terceirizada.

 www.senado.gov.br

Identidade gratuita

A primeira emissão da carteira de identidade agora é gratuita em todo o território nacional, e não apenas em alguns Estados. A lei nº 12.687/12 foi sancionada pela presidente Dilma Rousseff no dia 18 de julho e insere um parágrafo (com a frase “É gratuita a primeira emissão da Carteira de Identidade”) no artigo 2º da lei nº 7.116, de 1983. A iniciativa teve origem em um projeto apresentado pelo senador Ramez Tebet (PMDB-MS), falecido em novembro de 2006. A proposta tramitou no Senado como PLS 170/00. Na Câmara, onde tramitou como PL 4.219/01, a matéria foi aprovada neste ano.

 www.senado.gov.br



Informações em segurança pública

O Brasil ganhou um aliado poderoso para as políticas de segurança pública. Entrou em vigor em 5 de julho a lei nº 12.681/12, que institui o Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas (Sinesp), cuja finalidade é armazenar, tratar e integrar dados e informações nas áreas de segurança pública; sistema prisional e execução penal; e enfrentamento do tráfico de drogas ilícitas. O Sinesp será um mecanismo oficial de estatística capaz de compilar e fornecer dados e informações precisas sobre situação da criminalidade no Brasil.

 www.senado.gov.br

13º salário isento

O 13º salário poderá ser isento de Imposto de Renda, caso o projeto do senador Lobão Filho (PMDB-MA) seja aprovado no Congresso. A proposta, que altera a lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, será analisada no segundo semestre.

O parlamentar argumenta que o 13º salário é fator de redistribuição de renda e, além de ajudar a atenuar o endividamento acumulado durante o ano, a medida também vai proporcionar à população uma poupança para enfrentar as despesas típicas do início do ano. O projeto (PLS 266/2012) será examinado pelas comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Assuntos Econômicos (CAE) – nesta, em caráter terminativo.

 www.senado.gov.br

INSS: acúmulo de benefícios

Um cidadão não tem o direito de acumular o recebimento de dois benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). A decisão é da 2ª Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Com isso, foi revertida sentença da Justiça Federal de Goiânia, que determinou o pagamento de pensão por morte a uma segurada que já recebia o benefício de Prestação Continuada da Assistência Social. O benefício de Prestação Continuada é concedido, no valor de um salário mínimo, a idoso ou pessoa com deficiência que tenha impedimento de longo prazo, o qual possa obstruir a participação plena na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. Como os benefícios têm o mesmo valor não cumulativo, a segurada precisa optar por um deles.

 www.agu.gov.br

Nome na lista negra

A inclusão de empregado em lista discriminatória “dá ensejo à indenização por danos morais, por ser considerada conduta ofensiva à dignidade da pessoa humana”. Com essa justificativa, o Tribunal Superior do Trabalho restaurou sentença que determinava o pagamento de indenização a um trabalhador de uma cooperativa paranaense. Após mover ação trabalhista, o funcionário tomou conhecimento de que seu nome havia sido incluído em uma lista de cunho discriminatório. A lista tinha como objetivo informar empresas sobre ex-empregados que moveram ações na Justiça do Trabalho, com o fim de barrar o acesso ao mercado das pessoas nela incluídas. Ao julgar a reclamação do trabalhador, a Justiça determinou indenização no valor de R\$ 3 mil a título de danos morais.

 www.tst.gov.br

Dedução para lucro presumido

A pessoa jurídica que optar pelo regime de tributação com base no lucro presumido poderá deduzir do imposto devido doações a projetos esportivos, conforme o projeto de lei nº 3.920/12, do deputado Afonso Hamm (PP-RS). Atualmente, a lei nº 11.438/06 prevê a dedução apenas para empresas tributadas com base no lucro real. Segundo o autor, essa exclusão impede grande parcela das empresas brasileiras de contribuir para o desenvolvimento do desporto nacional. O projeto foi encaminhado para análise conclusiva pelas comissões de Turismo e Desporto; de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

 www.camara.gov.br

Setembro

Dia	Obrigação	Fato gerador
6	Cadastro Geral de Empregados e Desempregado (Caged)	Enviar ao Ministério do Trabalho a relação de admissões e desligamentos ocorridos em agosto/12
	GFIP	Entrega da Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia e Informações à Previdência Social referente a agosto/12
	FGTS	Depósitos relativos à remuneração de agosto/12
10	Dacon	Prazo de entrega da declaração pela internet sem multa referente aos fatos geradores ocorridos em julho/12
	GPS	Envio da cópia da Guia da Previdência Social (GPS) relativa a agosto/12 ao sindicato representativo da categoria profissional mais numerosa entre os empregados
14	CSLL, Cofins e PIS/Pasep	Pagamento dos valores retidos da CSLL, da Cofins e da contribuição para o PIS/Pasep sobre os pagamentos a pessoas jurídicas ocorridos no período de 16 a 31 de agosto
	Previdência Social	Recolhimento em GPS da competência agosto/12 das contribuições devidas pelos contribuintes individuais, pelos facultativos e pelo especial que tenham optado pelo recolhimento na condição de contribuinte individual, bem como o empregador doméstico (contribuição do empregado e do empregador)
20	IRRF	Pagamento do Imposto de Renda Retido na Fonte correspondente aos fatos geradores ocorridos em agosto incidente sobre rendimentos sujeitos à apuração mensal do imposto
	Previdência Social (INSS)	Recolhimento das contribuições previdenciárias relativas a agosto/12 devidas pelas empresas, inclusive a retida sobre cessão de mão de obra ou empreitada e a descontada do contribuinte individual que tenha prestado serviço à empresa
24	DCTF mensal	Prazo de entrega da declaração pela internet sem multa referente aos fatos geradores ocorridos em julho/12
25	PIS/Pasep	Pagamento da contribuição cujos fatos geradores (folha pagamento) ocorreram em agosto/12
	Cofins	Pagamento da contribuição cujos fatos geradores (faturamento) ocorreram em agosto/12
28	CSLL, Cofins e PIS/Pasep	Pagamento dos valores retidos da CSLL, da Cofins e da contribuição para o PIS/Pasep sobre os pagamentos a pessoas jurídicas ocorridos no período de 1ª a 15 de setembro (art. 35 da Lei 10.925/04)
	Contribuição sindical	Recolhimento das contribuições descontadas dos empregados em agosto/12. Consultar a respectiva entidade sindical, que pode fixar prazo diverso
	ITR	Último prazo para a entrega da Declaração do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (DITR) – Exercício 2012.
	IRPF - Quota	Pagamento da quota única ou da 1ª quota do ITR código 1070.
		Pagamento da 6ª Quota do imposto apurado pelas pessoas físicas na Declaração de Ajuste relativa ao ano-calendário de 2011, acrescida de juros pela taxa SELIC de maio a agosto de 2012 mais 1%.

Outubro

Dia	Obrigação	Fato gerador
5	Dacon	Prazo de entrega da declaração pela internet sem multa referente aos fatos geradores ocorridos em agosto/12 para pessoa jurídica obrigada a entregar a DCTF mensal
	FGTS	Depósitos relativos à remuneração de setembro/12
	Cadastro Geral de Empregados e Desempregado (Caged)	Enviar ao Ministério do Trabalho a relação de admissões e desligamentos ocorridos em setembro/12
	Dacon mensal	Prazo de entrega da declaração pela internet, sem multa referente aos fatos geradores ocorridos em agosto/12
	GPS	Envio da cópia da Guia da Previdência Social (GPS) relativa a setembro/12 ao sindicato representativo da categoria profissional mais numerosa entre os empregados
15	CSLL, Cofins e PIS/Pasep	Pagamento dos valores retidos da CSLL, da Cofins e da contribuição para o PIS/Pasep sobre os pagamentos a pessoas jurídicas ocorridos no período de 16 a 30 de setembro
	Previdência social	Recolhimento em GPS da competência setembro/12 das contribuições devidas pelos contribuintes individuais, pelos facultativos e pelo especial que tenham optado pelo recolhimento na condição de contribuinte individual, bem como o empregador doméstico (contribuição do empregado e do empregador)
19	IRRF	Pagamento do Imposto de Renda Retido na Fonte correspondente aos fatos geradores ocorridos em setembro, incidente sobre rendimentos sujeitos à apuração mensal do imposto
	Previdência social (INSS)	Recolhimento das contribuições previdenciárias relativas a setembro/12 devidas pelas empresas, inclusive a retida sobre cessão de mão de obra ou empreitada e a descontada do contribuinte individual que tenha prestado serviço à empresa
22	DCTF mensal	Prazo de entrega da declaração pela internet sem multa referente aos fatos geradores ocorridos em agosto/12
25	Cofins	Pagamento da contribuição cujos fatos geradores ocorreram em setembro/12
	PIS/Pasep	Pagamento da contribuição cujos fatos geradores ocorreram em setembro/12
31	CSLL, Cofins e PIS/Pasep	Pagamento dos valores retidos da CSLL, da Cofins e da contribuição para o PIS/Pasep sobre os pagamentos a pessoas jurídicas ocorridos no período de 1ª a 15 de outubro
	Contribuição sindical	Recolhimento das contribuições descontadas dos empregados em setembro/12. Consultar a respectiva entidade sindical, que pode fixar prazo diverso

*Calendário sujeito a alterações

Tabelas práticas				
Contribuições previdenciárias (INSS)				
1 – Segurado: empregado, empregado doméstico e trabalhador avulso				
Salário de contribuição		Alíquota para fins de recolhimento ao INSS	Alíquota para determinação da base de cálculo do IRRF	
De	Até	-	-	
-	R\$ 1.174,86	8%	8%	
R\$ 1.174,87	R\$ 1.958,10	9%	9%	
R\$ 1.958,11	R\$ 3.916,20	11%	11%	
2 – Segurado: empregado doméstico (tabela para orientação do empregador doméstico)				
Salário de contribuição		Alíquota para fins de recolhimento ao INSS		
De	Até	Empregado	Empregador	Total
-	R\$ 1.174,86	8%	12%	20%
R\$ 1.174,87	R\$ 1.958,10	9%	12%	21%
R\$ 1.958,11	R\$ 3.916,20	11%	12%	23%
3 – Segurado: contribuinte individual e facultativo				
A partir da competência abril/03, para os segurados contribuintes individual e facultativo, o valor da contribuição deverá ser de 20% do salário-base, caso não preste serviço a empresa(s), que poderá variar do limite mínimo ao limite máximo do salário de contribuição.				
4 – Salário mínimo				
Período		Valor		
A partir de janeiro/10		R\$ 510,00		
A partir de janeiro/11		R\$ 540,00		
A partir de março/11		R\$ 545,00		
A partir de janeiro/12		R\$ 622,00		

5 – IR: Fonte e Carnê Leão – 2012		
Base de cálculo mensal	Alíquota	Parcela a deduzir
Até 1.637,11	-	-
De 1.637,12 até 2.453,50	7,5%	R\$ 122,78
De 2.453,51 até 3.271,38	15%	R\$ 306,80
De 3.271,39 até 4.087,65	22,5%	R\$ 552,15
Acima de 4.087,65	27,5%	R\$ 756,53

Deduções admitidas:

- a) Por dependente, o valor de R\$ 164,56 por mês;
- b) Parcela isenta de rendimentos provenientes de aposentadoria e pensão, até o valor de R\$ 1.637,11 por mês, a partir do mês em que o contribuinte tenha completado 65 anos de idade;
- c) As importâncias pagas em dinheiro a título de alimentos ou pensões, em cumprimento do acordo ou decisão judicial, inclusive a prestação de alimentos provisionais;
- d) As contribuições para a Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios;
- e) As contribuições às entidades de previdência privada domiciliadas no País, cujo ônus tenha sido do contribuinte, destinadas a custear benefícios complementares assemelhados aos da Previdência Social, no caso de trabalhador com vínculo empregatício, de administradores, aposentados e pensionistas.

Cálculo do imposto:

- a) Base de cálculo: Rendimento bruto diminuído das deduções admitidas;
- b) Valor do imposto: Na base de cálculo, aplica-se alíquota correspondente e do resultado subtrai-se a parcela a deduzir.

Tabelas sujeitas a alterações

Elaborado por: Marcelo Teixeira. Bacharel em Direito e contabilista do Escritório Dom Bosco.

Se a sua ideia
transforma a realidade
de alguém, esse
prêmio pode ser seu.



Estão abertas as inscrições para o principal prêmio de empreendedorismo social na América Latina. A Folha e a Fundação Schwab convidam você para participar do Empreendedor Social e do Empreendedor Social de Futuro. Quem pode participar? Líderes de cooperativas, negócios sociais e organizações de impacto

social e/ou ambiental que desenvolvam iniciativas inovadoras e sustentáveis em benefício da comunidade. Além de ganhar reconhecimento internacional, seu projeto pode entrar em contato com grandes financiadores que vão multiplicar a sua ideia pelo mundo. Saiba mais e inscreva-se em www.folha.com.br/empreendedorsocial.

Empreendedor Social 2012

FOLHA Empreendedor Social de futuro

Realização

FOLHA DE S.PAULO



Parceria Master



ERNST & YOUNG TERCO



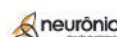
Apoio estratégico



Apoio institucional



Divulgação







INOVAÇÃO

POR UM

MERCADO

MAIS INCLUSIVO

**NEGÓCIOS SOCIAIS VISAM À GERAÇÃO DE IMPACTO NA SOCIEDADE
OU NO MEIO AMBIENTE ALIADA À REALIDADE DO MERCADO**

Por Thaís Iannarelli



Nos últimos tempos, a sociedade de maneira geral tem se mostrado mais vulnerável e sensível às causas e problemas enfrentados pelas pessoas. Não só vemos crescer o número de ações e iniciativas do investimento social privado, como também se observa o desenvolvimento crescente dos negócios sociais. As dúvidas sobre a definição desses negócios ainda ►

são comuns, mas a explicação básica é que um negócio social deve gerar impacto social e/ou ambiental relevante por meio de sua atividade principal.

São três os pontos principais que norteiam o conceito:

- Impacto social por meio da atividade principal

Isso significa que o impacto causado pelo negócio deve ser relevante através de sua atividade principal, ou seja, não basta que este impacto se dê por meio de áreas da empresa, como sustentabilidade e responsabilidade social. É importante que estes impactos sejam acompanhados como parte da gestão do negócio.

- Sustentabilidade financeira

Para ser um negócio social, é preciso que ele seja financeiramente autossustentável, ou seja, as receitas devem ser suficientes para cobrir os custos e investimentos associados ao seu gerenciamento. Isso quer dizer que o negócio consegue se manter sem doações ou financiamentos.

- Inclusão de grupos menos favorecidos

Para completar o tripé, o negócio social deve incluir na cadeia de valor a base da pirâmide ou grupos que necessitem de inclusão social por meio de produtos, serviços e distribuição do lucro gerado.

“O aspecto mais importante é a motivação do empreendedor. Ele deve ter uma intencionalidade clara de causar um impacto positivo na sociedade. Claro que existe a questão do lucro, mas o empreendedor social deve olhar para o negócio como um mecanismo para resolver problemas sociais, e é isto

o que faz a diferença”, explica Maure Pessanha, diretora do Centro de Formação em Negócios Sociais da Artemísia. A Artemísia é uma organização da sociedade civil que foi uma das pioneiras a trabalhar com o conceito de resolver problemas sociais por meio de mecanismos de mercado.

COMO SURTIRAM OS NEGÓCIOS SOCIAIS?

Negócios dessa natureza existem desde a década de 1970, porém, não tinham esta denominação. No Brasil, segundo dados da Artemísia, os negócios sociais começaram a aparecer mais fortemente a partir de 2008 em forma de movimento. Outro fator interessante é que pessoas que atuam no setor privado e na área social começam a ver este conceito como uma possibilidade sustentável. “Vemos muitas pessoas da nova geração, com 20 e poucos anos, querendo empreender algo que não dependa de doações e seja autossuficiente”, conta Maure.

De acordo com a Artemísia, seguindo o princípio de que o *core business* da empresa oferece soluções para problemas sociais, algumas de suas principais características são:

- Vende um produto ou serviço que contribui para melhorar a qualidade de vida da população de baixa renda;
- Esse produto ou serviço consegue sustentar financeiramente a empresa, de forma que não dependa de doações ou captação de recursos para suas operações;
- Apresenta inovação no modelo de negócio (por exemplo, no modelo de distribuição, no próprio produto e no preço);
- Tem potencial de alcançar escala e opera de maneira eficiente;
- Há comprometimento do empreendedor e de sua equipe em melhorar a qualidade de vida da população de baixa renda.

“Os negócios sociais se preocupam em ter uma governança mais democrática, incluir pessoas mais vulneráveis na cadeia de valor, então há uma série de questões para garantir que realmente seja um negócio que tenha um impacto positivo na sociedade”, complementa Maure.

Então, atendendo às necessidades da população na base da pirâmide e oferecendo acesso a serviços

Como os negócios sociais se diferenciam de:



Negócios tradicionais: porque têm a finalidade de gerar impacto social e o comprometimento com a melhoria de qualidade de vida do público alvo.



ONGs tradicionais com atividades de geração de renda: porque são sustentáveis financeiramente e têm potencial de escala. Diferentemente de ONGs com atividades que geram renda, em um negócio social o produto ou serviço que gera impacto é o mesmo que gera renda para a organização.



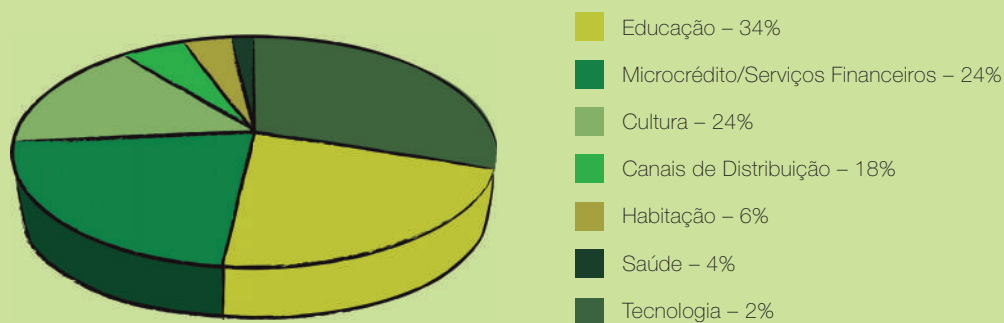
Empresas com áreas de responsabilidade social: porque têm um modelo integrado, no qual o impacto social está no centro da operação do negócio.



Empresas que vendem para as classes C/D/E: porque têm comprometimento para desenvolver produtos e serviços que atendam às necessidades básicas da população, levando à melhoria na qualidade de vida de forma inovadora.

Fonte: Artemísia

Áreas de atuação dos negócios sociais no Brasil



Fonte: Mapeamento dos negócios sociais - AVINA, Potencia Ventures e Polo ANDE Brasil

básicos, como saúde, habitação e educação, geram impacto social. Ao mesmo tempo, possibilitam e facilitam o acesso a produtos para a população de baixa renda que podem melhorar sua qualidade de vida, como serviços financeiros e tecnologias. Finalmente, pessoas que antes não tinham oportunidades acabam sendo inseridas na cadeia de valor e no mercado, como trabalhadoras e consumidoras, levando à inclusão necessária para a operação do negócio social.

QUEM SÃO OS EMPREENDEDORES SOCIAIS?

Lembrando que o lucro existe no negócio em questão, porém, não é seu fim principal, a nova tendência reúne pessoas de diversas origens. “O principal se resume a duas coisas: lucro e impacto social. Só o lucro, sem o impacto, é um negócio tradicional; e só o impacto social, sem o lucro, é uma organização social. Então tem de ser uma soma”, explica Maure.

Entre os empreendedores, é possível encontrar lideranças sociais interessadas em ganhar autonomia financeira, e também executivos que, já realizados financeiramente em seus negócios tradicionais, buscam aplicar investimentos e talentos na criação de negócios inclusivos, combinando lucro e impacto. Os negócios sociais contam também com a presença de investidores de risco, que procuram aplicar seus recursos em negócios que gerem impactos positivos. Atualmente, a nova geração traz empreendedores com uma nova visão de mundo, e tentam

unir a máxima “fazer o bem” com a ideia de negócio, rompendo as fronteiras entre os setores social e privado.

De acordo com um mapeamento realizado pelo Plano CDE, coordenado pela AVINA, Potencia Ventures e Polo ANDE Brasil, 140 negócios sociais ou inclusivos foram identificados no Brasil. O estudo entrevistou 50 deles, e revelou que, destes, 50% estão concentrados na Região Sudeste e 26% no Nordeste. A região Sul concentra 14% do total, e Norte e Centro-Oeste 6 e 4%, respectivamente.

Ainda segundo o estudo, empreendedores de oito em cada dez negócios analisados têm nível superior ou pós-graduação.

Em relação à sustentabilidade financeira, o estudo apontou que 86% dos entrevistados contam com recursos próprios para financiar as operações diárias, enquanto 10% utilizam empréstimos e 4% contam com o auxílio de doações. Outra constatação importante foi em relação ao impacto social gerado por estes negócios. Segundo a pesquisa, o principal público beneficiado pela atuação dessas empresas são pessoas que pertencem às faixas de renda mais baixas, de até cinco salários mínimos, com concentração de até dois salários.

Questionados sobre a competitividade, 40% dos entrevistados disseram investir em condições de pagamentos para seus clientes, e 32% procuram baratear os custos de produção; 30% tentam reduzir os custos com base na produção em escala, e 26% têm estratégias diferenciadas de distribuição.

Atualmente, a nova geração também traz empreendedores com uma nova visão de mundo, e tentam unir a máxima “fazer o bem” com a ideia de negócio, rompendo as fronteiras entre os setores social e privado.

E COMO FAZEM PARA SE SUSTENTAR OS NEGÓCIOS SOCIAIS?

Este ponto é um dos mais críticos para a maioria dos empreendedores, porque, entre outros fatores, eles estão desenvolvendo novos mercados, produtos ou serviços, além do fato de este universo ser novo, sem muitas referências. Além disso, o produto ou serviço tem de ser acessível. “No mercado tradicional, cobra-se o máximo possível para ganhar mais dinheiro, ou seja, a margem de lucro é alta. No social, a lógica de precificação é: qual é o mínimo que posso cobrar para dar acesso e, ao mesmo tempo, reaplicar recursos no negócio para continuar crescendo? Ou seja, o preço neste caso é voltado ao processo, e não para o lucro máximo. Por isso é necessário ter muita inovação no modelo, porque o foco é dar acesso às pessoas a algo que elas não tinham, porém, com qualidade”, explica Maure.

Uma das questões mais polêmicas envolvendo o assunto é a distribuição ou não de lucro. Hoje, existem duas correntes. Uma delas é a defendida por Muhammad Yunus, de que por ser um negócio social os investidores só podem recuperar o capital investido, sem direito a lucro ou dividendos. Para ele, os lucros devem ser totalmente reinvestidos na empresa, sendo destinados à sua expansão, melhoria de processos, desenvolvimento, entre outros fatores. Porém, existe outra corrente que defende a distribuição de lucro, entendendo que esta abordagem atrairia mais investidores e permitiria a criação de novos negócios sociais.

EXEMPLOS

Um dos exemplos mais clássicos e renomados de negócio social do mundo é o Grameen Bank, primeiro banco de microcrédito do mundo criado em 1976 pelo professor e ganhador do Prêmio Nobel da Paz, Muhammad Yunus. Seu objetivo era erradicar a pobreza e, assim, criou um sistema que fornecia serviços bancários para uma pobre zona rural de Bangladesh. Seus objetivos eram:

- Estender as facilidades bancárias a homens e mulheres sem recursos;
- Eliminar a exploração dos agiotas;
- Criar oportunidades de negócios para um grande número de desempregados da região;



Muhammad Yunus, criador do Grameen Bank

- Levar conhecimento às pessoas, especialmente mulheres, para que aprendessem a gerenciar seu dinheiro;
- Reverter o ciclo vicioso “baixa renda, baixa poupança, baixo investimento”, e transformá-lo em “baixa renda, injeção de crédito, investimento, mais renda, mais poupança, mais investimento, mais renda”.

A ideia deste banco é praticamente contrária à dos bancos convencionais. Nos bancos que conhecemos, o princípio é ter sempre mais. Em outras palavras, se você não tiver nada, continua sem nada. Como resultado, mais da metade da população não possui os serviços financeiros oferecidos pelos bancos, muito menos acesso a crédito. O Grameen Bank nasceu com a ideia de que o crédito deve ser um direito humano, e construiu um sistema em que aqueles que não têm nada são máxima prioridade em termos de empréstimo bancário. A metodologia não se baseia nas posses materiais da pessoa, mas em seu potencial.



Muhammad Yunus fala sobre educação financeira com mulheres de Bangladesh

O principal se resume a duas coisas: lucro e impacto social. Só o lucro, sem o impacto, é um negócio tradicional; e só o impacto social, sem o lucro, é uma organização social. Então é uma soma

Hoje, o Grameen Bank já emprestou cerca de US\$ 6 bilhões a mais de 7 milhões de pessoas em Bangladesh. O banco é apenas um dos negócios do grupo Grameen, que atua com outras doze empresas sociais que oferecem serviços de telecomunicações, educação, nutrição e energia para a população de baixa renda de Bangladesh.

Sensibilizada com a iniciativa de Yunus, a brasileira Alessandra França decidiu criar o Banco Pérola, em Sorocaba, fruto do Projeto Pérola, em outubro de 2009. Com o mesmo princípio, elaborou um plano de negócios e conseguiu apoio para fundar o banco que, até janeiro de 2012, já atendeu 148 clientes e emprestou o montante de R\$ 275 mil.

Links

www.artemisia.org.br
www.bancoperola.org.br
www.grameen-info.org
www.quemseimporta.com.br



Quem se importa?

Com o tema social ganhando visibilidade, nada melhor do que assistir um documentário que retrata esta realidade. Intitulado *Quem se Importa*, o longa de Mara Mourão, com narração de Rodrigo Santoro, conta a história de 18 empreendedores sociais do Brasil e do mundo (inclusive a de Muhammad Yunus), abrindo espaço para um debate sobre as pessoas com vontade e potencial de mudar realidades. Seis dessas histórias inspiradoras são de brasileiros: Rodrigo Baggio, do Centro de Democratização da Informática; Vera Cordeiro e Eugênio Scanavino, da Saúde Criança; Joaquim Melo, do Banco Palmas; Dener Giovanni, da Rencas Brasil; e Wellington Nogueira, do Doutores da Alegria.

Confira o site para detalhes sobre a programação:
www.quemseimporta.com.br.

Rio+20

cumpre seu papel, mas termina sem consenso

Dez dias de discussões não dão por encerrado o extenso debate sobre sustentabilidade; ainda há muito por fazer

Por Cinthia de Paula



Com o objetivo de renovar o compromisso político com o desenvolvimento sustentável, por meio da avaliação do progresso e das lacunas na implementação de decisões adotadas pelas principais cúpulas sobre o assunto e do tratamento de temas novos e emergentes, o Rio de Janeiro foi sede, entre os dias 13 e 22 de junho, da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável. A Rio+20 marcou os 20 anos de realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio92).

Reunindo representantes de mais de 190 Estados-membros da ONU, além de milhares de participantes da sociedade civil, as atividades desenvolvidas no encontro debateram dois principais temas:

1. A economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza.
2. A estrutura institucional para o desenvolvimento sustentável.

Pode-se dizer que um dos resultados dos debates foi o anúncio, pelo governo brasileiro, da criação do Centro Mundial para o Desenvolvimento Sustentável (Centro Rio+), que será construído no Rio de Janeiro.

O objetivo, segundo informações da Agência Brasil, é que a iniciativa comece com um fundo de recursos a partir de doações das 25 instituições que apoiaram o projeto, como o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). A projeção inicial, segundo a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, é que essa cifra fique em torno de US\$ 3 a 5 milhões.

Segundo ela, a partir da constituição do centro um conselho de representantes dessas instituições vai definir os programas a serem desenvolvidos e como será assegurada a continuidade da sustentação financeira do espaço. "A ideia é captar recursos. O governo brasileiro está vendo os mecanismos para fazer o primeiro depósito. O Ministério do Meio Ambiente vai contribuir com esse primeiro depósito. Espero que com pelo menos 10% do valor inicial", disse.

Além de ser um espaço de concentração de estudos e pesquisas, a proposta é que o Centro Rio+ funcione nos mesmos moldes dos Diálogos sobre Desenvolvimento Sustentável, modalidade de debates instituída na Rio+20 para contemplar a participação de representantes da sociedade civil na conferência.



Representantes de entidades civis fazem manifestação para pressionar líderes mundiais a evitar fracasso da Rio+20

A iniciativa vai ao encontro do que esperavam empresários ouvidos pela Deloitte na pesquisa *Desenvolvimento sustentável no Brasil – Das visões do empresariado às práticas das organizações*, realizada entre os dias 9 de abril e 15 de maio, com gestores de 108 organizações de todos os portes e setores. Quase metade dos empresários entrevistados (45%) acreditava que a Rio+20 contribuiria para acelerar as discussões em curso e muitos indicavam a importância de aumentar o envolvimento das pessoas, como cidadãos e consumidores (22%), do próprio governo (13%) e das empresas (9%) com o tema sustentabilidade.

O Centro Rio+ vai funcionar em um espaço cedido pelo Instituto de Pós-Graduação e Pesquisa e Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Coppe/UFRJ), no campus da Ilha do Fundão, zona norte do Rio de Janeiro.

Não há consenso

No último dia da Rio+20, a ministra do Meio Ambiente falou também sobre a criação do fórum sobre desenvolvimento sustentável na ONU, afirmando que gera a expectativa de que o tema será tratado com maior relevância e comprometimento.

Atualmente, o tema é discutido na Comissão de Desenvolvimento Sustentável da ONU, criada a partir da Rio92. Nos últimos dias da Rio+20, representantes de vários países questionaram os legados do encontro de 20 anos atrás, apontando inclusive os baixos resultados alcançados por esse órgão. A decisão da edição deste ano da conferência é a de que o debate sobre desenvolvimento sustentável seja empoderado, passando a ser discutido por esferas mais altas dos governos.

A decisão da edição deste ano da conferência é a de que o debate sobre desenvolvimento sustentável seja empoderado, passando a ser discutido por esferas mais altas dos governos



Dilma Rousseff e Ban Ki-Moon, secretário-geral da ONU, durante cerimônia de encerramento da Rio+20

A ministra
destacou ainda
o compromisso
assumido
pelos líderes
dos países
participantes
com novos
padrões de
produção e
consumo

Izabella Teixeira lembrou também que a Rio+20 foi realizada em um cenário de multilateralismo, no qual os países assumiram compromissos novos e comuns. “É difícil construir consensos. O processo é complexo, porque precisamos falar e aprender a ouvir. Todos temos responsabilidade de avançar”, disse, de acordo com a Agência Brasil.

Outro aspecto que gerou críticas e discussões é o documento final, denominado *O Futuro Que Queremos*. Autoridades brasileiras consideram um avanço a inclusão do desenvolvimento sustentável com a erradicação da pobreza, enquanto movimentos sociais e alguns líderes estrangeiros condenam a falta de ousadia do texto no que diz respeito à exigência de definições claras sobre responsabilidades específicas, repasses financeiros, discriminação de prazos para a adoção de medidas e a ampliação de poderes do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma).

Os empresários ouvidos pela Deloitte também sinalizaram, no estudo divulgado pela consultoria, preocupações de ordem prática: para eles, as alternativas para transformar as questões discutidas em ações concretas indicam a necessidade de definir metas claras a serem cumpridas (item indicado por 30% dos respondentes) e definir sanções legais a países e empresas que não cumprirem as metas (também 30%).

Apesar das críticas, o governo brasileiro argumenta que houve avanços nas negociações. A ministra Izabella Teixeira ressalta que a Rio+20 progrediu em pontos estratégicos para o debate sobre um novo modelo de desenvolvimento, apesar da resistência dos representantes de países desenvolvidos em se comprometer com recursos financeiros e metas.

“É fácil falar que [o documento da conferência] é pouco ambicioso, mas ninguém se sentou à mesa para colocar dinheiro adicional. O que vi foram todos os países em desenvolvimento assumindo compromissos em relação à sustentabilidade e muitos países ricos não adicionando qualquer recurso para esse processo”, disse, de acordo com a Agência Brasil.

A ministra destacou ainda o compromisso assumido pelos líderes dos países participantes com novos padrões de produção e consumo. O tema é apontado como um dos pontos estratégicos da agenda mundial discutida durante a conferência.

O texto final do encontro ratifica que os temas polêmicos e sem consenso ficarão para uma próxima cúpula. Os aspectos sociais são destacados, ressaltando o esforço conjunto para a erradicação da pobreza, a melhoria na qualidade de vida e o homem no centro das preocupações. 

O Rafael ainda nem nasceu e a Claudia já está pegando no pé dele.

O Teste do Pezinho é um exame muito importante para a saúde do seu bebê. É rápido e gratuito. Deve ser feito logo após as primeiras 48 horas de vida. O teste ajuda a detectar várias doenças antes mesmo de os sintomas aparecerem, auxiliando no controle e tratamento. Se você também quer o melhor para o seu bebê, comece a pegar no pé dele desde o nascimento. Mais que um exame, uma verdadeira prova de amor.

O primeiro passo pela saúde do seu bebê é você quem dá.



Teste do Pezinho

Um direito de todo recém-nascido.
Um dever de todas as mães.



APAE
DE SÃO PAULO

Apoio:  **Abril**

Não deixe de fazer o Teste do Pezinho.

Claudia Leite, cantora e mãe de Davi e Rafael, apoia a Campanha do Teste do Pezinho.





Brasil é campeão na geração de lixo eletrônico por habitante

O lixo eletrônico cresce três vezes mais que o lixo convencional e, segundo a ONU, a situação é mais preocupante nos países emergentes

Por André Trigueiro*

O mundo está ficando pequeno demais para tanto lixo eletrônico. São aproximadamente 50 milhões de toneladas por ano. Os Estados Unidos lideram o *ranking* com 3 milhões de toneladas, seguidos de perto pela China, com mais de 2 milhões de toneladas anuais.

Hoje, o lixo eletrônico cresce três vezes mais que o lixo convencional e, segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), a situação é mais preocupante nos países emergentes. Principalmente no Brasil, campeão na geração de lixo eletrônico por habitante: meio quilo por ano.

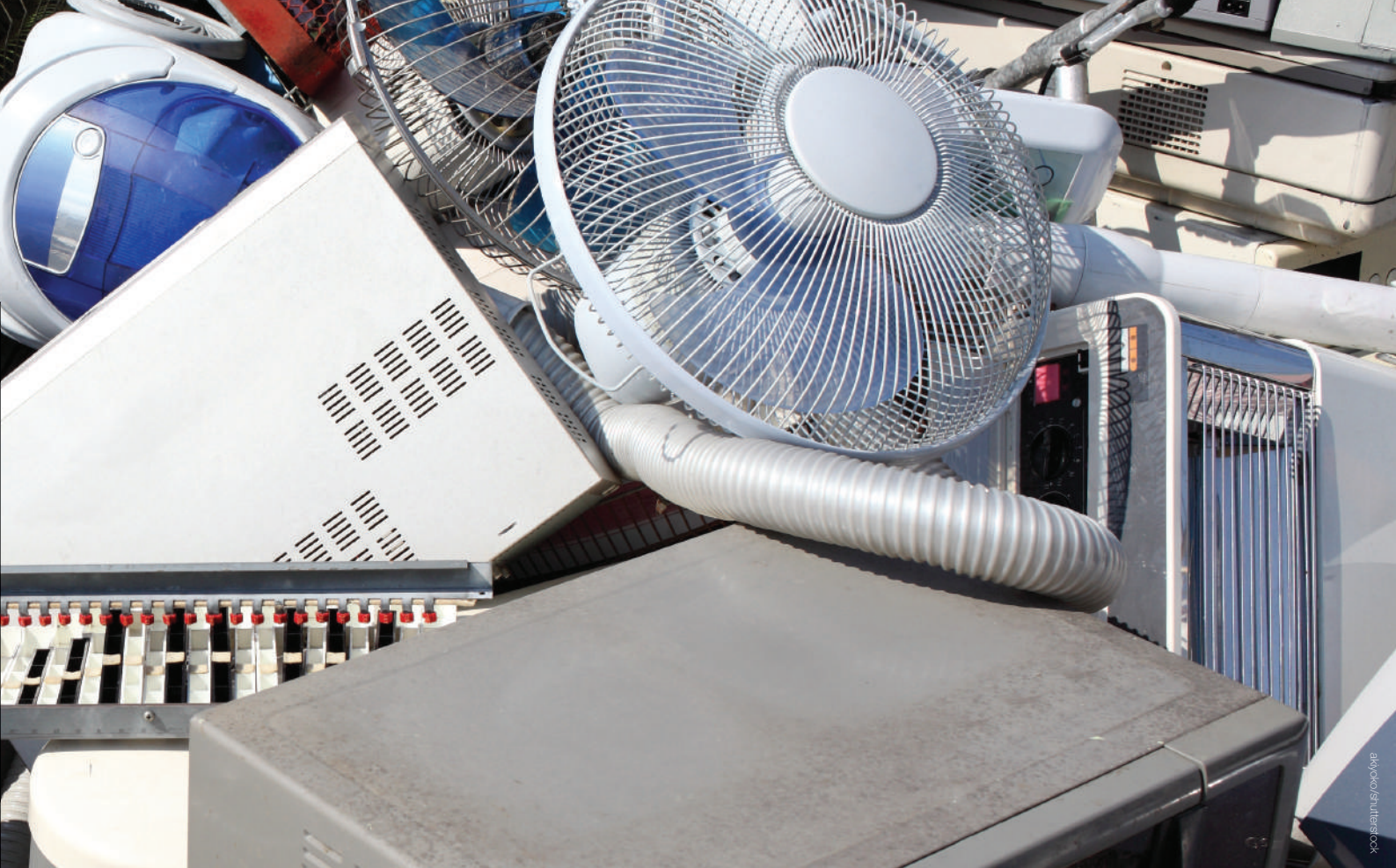
O problema é que a maior parte desses resíduos não tem ainda destinação adequada. Um risco para o meio ambiente e a saúde. “Os principais metais pesados são chumbo e mercúrio. Esses metais geralmente fazem mal para o aparelho respiratório e também para o aspecto neurológico”, fala a coordenadora do Centro de Descarte e Reuso de Resíduos de Informática (CEDIR), Tereza Cristina Carvalho.

O maior centro público de descarte e reuso de lixo eletrônico da América Latina funciona num galpão de 450 metros quadrados, na Universidade de São Paulo (USP). Para o local são levados até 20 toneladas de resíduos por mês. A maior concentração de metal pesado está nos televisores de tubo que concentram até 6 kg de chumbo por unidade, ou nos antigos monitores de computador, que reúnem até 4 kg do mesmo metal cada um.

Toneladas de veneno se misturam com diversos tipos de plásticos, metais e componentes, material jogado fora, mas que tem alto valor de mercado. Sem contar as máquinas que, em muitos casos, ainda funcionam.

Do lado do galpão da USP, um grupo de catadores aprende a desmontar computadores do jeito certo. O curso atende a Política Nacional de Resíduos Sólidos, que prevê a inclusão dos catadores de lixo.

“São duas lições principais: a primeira é a questão da segurança, então de como não se contaminar



trabalhando com lixo eletrônico, e a segunda, que é mais interessante para os catadores, é a questão da renda. Em média, a desmontagem e a separação de cada uma das peças valorizam em até 10 vezes o valor da sucata de ferro”, explica o estudante de mestrado da Poli-USP, Walter Akio Goya.

“Antigamente o que era vendido por R\$ 50 hoje em dia a gente chega a alcançar até R\$ 1.500 mil com a venda”, fala o catador André Luis Gonçalves.

Cada tipo de material vai para uma empresa de reciclagem diferente. O centro já doou e emprestou 800 computadores reciclados para projetos sociais, e a própria USP usa componentes e peças no conserto de seus computadores.

Quem também está aprendendo a transformar lixo eletrônico em dinheiro é a garotada do Complexo do Alemão, no Rio de Janeiro. A Fábrica Verde já formou 360 técnicos em informática. Para cada três computadores

doados, um é reconstruído e entregue para associações de moradores, ONGs e creches que atuam nas comunidades.

“O primeiro daqui eu vou levar para minha comunidade. Eu começo com meus parentes. Automaticamente, quando você começa a se associar a um, um espalha pro outro e assim vai crescendo. Hoje eu sou uma pessoa na Fábrica Verde, mas amanhã é um grupo todo”, avisa Geraldo Natal de Almeida.

A Fábrica Verde já doou 20 toneladas de material reciclado para reaproveitamento em vários setores e também oferece cursos de empreendedorismo. “A gente tem exemplos de jovens que de alguma forma tinham ligação com o tráfico, e hoje encontram uma perspectiva diferente. Quer dizer, uma nova forma de ganhar a vida e, ao mesmo tempo, também saindo daqui com uma consciência social completamente diferente, enfim, que na realidade nem existia”, afirma a coordenadora do projeto Fábrica Verde, Ingrid Gerolimich. 

Fonte:

Jornal da Globo –
Coluna Sustentável

*Jornalista com pós-graduação em Gestão Ambiental pela COPPE/UFRJ, onde hoje leciona a disciplina “Geopolítica Ambiental”. É professor e criador do curso de Jornalismo Ambiental da PUC/RJ e autor de livros. Durante 16 anos foi âncora e repórter do Jornal das Dez da Globo News. Desde abril de 2012, vem atuando como repórter do Jornal Nacional e colunista do Jornal da Globo, onde apresenta o quadro “Sustentável”, especialmente criado para ele na Rede Globo. É editor-chefe do programa Cidades e Soluções, da Globo News, comentarista da Rádio CBN e colaborador voluntário da Rádio Rio de Janeiro.

Investimentos sociais e a construção da boa imagem corporativa

blackdalya/shutterstock



Além de contribuir para a transformação social, a alocação de recursos privados em questões socioambientais agrega valor às empresas

Por Paula Craveiro

A pesar de ser uma das maiores economias mundiais, o Brasil é também um dos países com pior índice de distribuição de renda. As desigualdades sociais indicam a razão de tantas empresas optarem por alocar recursos em setores antes considerados de responsabilidade exclusiva do governo.

“Vivemos hoje um cenário bastante favorável ao investimento social – atualmente, contamos com mais de 350 mil organizações sociais em atividade. Simultaneamente, houve um significativo desenvolvimento econômico no país, a partir da criação do Plano Real, quando o Brasil alcançou uma política estável que está gerando novas riquezas. Contudo, apesar dos avanços já obtidos nessa área, os investimentos realizados pelas companhias brasileiras ainda estão abaixo do necessário e do praticado por países como os Estados Unidos”, afirma o secretário-geral do Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (Gife), Fernando Rossetti.

Segundo a pesquisa *A ação social das empresas*, publicada em 2006 pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea), as 189 maiores empresas e fundações norte-americanas investiram o montante de US\$ 10,2 bilhões em causas sociais no ano de 2006, enquanto no Brasil os investimentos sociais privados atingiram R\$ 4,7 bilhões.

Parte dessa defasagem deve-se à frequente confusão feita entre os conceitos de investimento social e doação/filantropia. “Investimento social é uma prática das empresas para o direcionamento de recursos privados, de modo voluntário, a um projeto que visa à geração de resultados. Cada vez que uma empresa define algum investimento,

avalia quais são os riscos da iniciativa, as formas de avaliação de resultados, o tipo de retorno desejado e o período que se pretende investir”, explica Maurício Guimarães, gerente de mobilização de recursos da ONG Ação Comunitária. “Quando a empresa decide investir no social, ela adota conscientemente as mesmas regras para o projeto, seja de implantação própria ou de terceiros e, neste caso, cria um compromisso bilateral com a organização que está recebendo os recursos, sejam humanos ou materiais”.

“O investimento social das empresas privadas deve estar diretamente ligado ao negócio de cada uma delas. Essa é a receita para o sucesso das parcerias público-privadas no combate à extrema pobreza. Em países como o Brasil, no qual mais de 30 milhões de pessoas recentemente saíram da pobreza, a melhor maneira de potencializar os investimentos sociais do setor privado é alocar tais recursos em projetos que estejam relacionados ao negócio da empresa”, indica Tereza Campello, ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Cenário econômico e investimentos sociais

Segundo censo realizado pelo Gife em 2009, a expectativa de investimento para 2010 girava em torno de R\$ 2 bilhões no país. Esse valor levava em consideração a crise econômica mundial vivida à época, que ocasionou a redução de investimentos.

“No Brasil, a redução não foi tão significativa devido às características do investimento social local. Nos Estados Unidos, para traçar um paralelo, as entidades têm o hábito de aplicar recursos próprios no mercado financeiro e investir no social parte dos rendimentos. Com a crise econômica, houve uma redução de aproximadamente 30% do patrimônio dos fundos desses investidores sociais. Já por aqui, a maior parte dos investidores opera a partir de repasses anuais para composição dos orçamentos, e não de fundos próprios. Isso explica em parte a situação. Há também o fato de o Brasil ter sido menos afetado pela crise”, explica Rossetti.

De acordo com o relatório *Benchmarking do Investimento Social Corporativo 2011 (BISC)*, elaborado pela ONG Comunitas com base em dados de 2009 e 2010, a previsão de que os investimentos sociais brasileiros ficassem próximos aos valores registrados, conforme indicado na pesquisa anterior, foi largamente superada. “Em 2010, o total dos investimentos realizados pelas 23 corporações e um instituto independente que participaram da

pesquisa BISC alcançou a cifra de R\$ 1,6 bilhão, superando em 18% o valor realizado no ano anterior. São 23 corporações, mas o universo de empresas por elas comandadas é bem maior”, aponta o relatório.

Total de investimentos anuais das empresas participantes

2007 →	Todas as empresas (16) – R\$ 1,1 bilhão
2008 →	Todas as empresas (18) – R\$ 1,4 bilhão
2009 →	Todas as empresas (21) – R\$ 1,4 bilhão
2010 →	Todas as empresas (23) – R\$ 1,6 bilhão

Fonte: Relatório BISC, 2011

Áreas de investimentos

As práticas filantrópicas, tanto no Brasil quanto no mundo, demonstram caráter mais assistencialista. Embora tenha havido uma evolução muito significativa nos últimos 15 anos, isso foi mais fortemente sentido nas grandes empresas, que dispõem de capital para investir em planejamento, consultores, profissionais de gestão. “Nas pequenas e médias empresas, assim como nas fundações de pessoas físicas ou famílias, essa cultura ainda não chegou. Há muito ainda o que evoluir para atingir uma visão mais estratégica da contribuição para a sociedade”, comenta Rossetti.

Tipo de investidor

Como a empresa se classifica?

Associação ou fundação empresarial – 65
Empresa privada – 23
Associação ou fundação independente – 8
Associação ou fundação comunitária – 3
Associação ou fundação familiar – 3

Fonte: Gife

Um dado interessante apresentado pelo BISC é a constatação de que a concentração de empresas atuantes em um determinado segmento não reflete, necessariamente, uma correspondência na distribuição dos recursos. Por exemplo, 55% dos participantes da pesquisa desenvolveram ações ambientais, no entanto, o meio ambiente só recebeu 5% do total dos investimentos voluntários; 70% investiram em cultura, mas essa área absorveu apenas 17% dos recursos. E o mesmo se repete em outras áreas. “Essa informação é de especial relevância para a reflexão e o debate sobre o papel desempenhado pelo setor privado nas diversas áreas de atuação social”, diz o relatório.

Segundo censo realizado pelo Gife em 2009, a expectativa de investimento para 2010 girava em torno de R\$ 2 bilhões no país. Esse valor levava em consideração a crise econômica mundial vivida à época, que ocasionou a redução de investimentos



Maurício Guimarães, gerente de mobilização de recursos da ONG Ação Comunitária



Fernando Rossetti, secretário-geral do Gife



Paulo Castro, presidente do Instituto C&A

Antes de investir

Antes de decidir realizar algum tipo de investimento social, é preciso que a companhia esteja atenta a alguns itens, conforme sugere Paulo Castro, presidente do Instituto C&A. "As empresas devem ter consciência de que, ao optarem pela realização de investimentos sociais, é preciso, primeiramente, ter um foco bem estabelecido. Por que decidiram apoiar determinada causa? O que move a empresa? Há clareza no propósito?".

Com a causa a ser defendida já selecionada, é preciso avaliar as necessidades dos outros, do público-alvo. "É fundamental que seja feito um levantamento sobre as necessidades da comunidade onde se investirá, a fim de diagnosticar quais são as suas demandas, além de analisar como minimizar riscos e, principalmente, criar laços com o público do entorno", adverte.

Castro ressalta ainda um ponto de grande importância, mas pouco considerado pelas empresas. "Quando se investe no campo social, as demais companhias, assim como as instituições e organizações não governamentais, não podem ser compreendidas como concorrentes. Temos concorrentes nos negócios, mas na área social o que deve predominar é o senso de colaboração. Trabalhar em conjunto é essencial", conclui.

Dimensionamento das ações

As ações sociais, culturais e ambientais realizadas pelas empresas estão vinculadas ao próprio ramo de atividade da empresa mantenedora?

- ➔ Sim, parte das ações é vinculada ao ramo de atividade – 45%
- ➔ Não, nenhuma das ações é vinculada ao ramo de atividade – 33%
- ➔ Sim, todas as ações estão vinculadas ao ramo de atividade – 22%

Fonte: Gife

Investimentos futuros

Com base nos dados constantes no relatório BISC 2011, há razões para otimismo em relação aos investimentos sociais no futuro. Quase dois terços (62%) dos participantes da pesquisa prevêem um crescimento dos investimentos sociais nos próximos, sendo que a maior parte deles estima um crescimento acima de 25%. De outra parte, dentre os que conjeturam redução, apenas 17% aportam para uma queda superior a 25%.

Se as expectativas captadas no momento em que a pesquisa foi realizada se mantiverem, não é improvável esperar que os investimentos sociais das corporações parceiras do BISC se aproximem – ou até mesmo passem – do patamar de R\$ 2 bilhões.

"Um dos desafios do Terceiro Setor é fazer com que o investimento social privado não permaneça apenas nos locais e regiões em que são geradas as riquezas, mas sim para quais lugares ele deve ir. Precisamos pensar como nacionalizar os investimentos", ressalta Rossetti, do Gife. 



QUANTO VALE UMA SURPRESA?

Ver uma mulher num sobressalto ao receber a notícia de que vai ser mãe é algo que para nós não tem preço. Em mais de 70 anos de trabalho, foram mais de 650 mil partos realizados, todos atendidos pelo SUS – Sistema Único de Saúde, além de milhares de pessoas beneficiadas com serviços integrais de assistência à gestante e ao bebê. Para continuar este trabalho precisamos de sua ajuda. Você pode colaborar financeiramente ou através de doações materiais. Acesse nosso site e veja como se tornar um parceiro nesta causa.

WWW.AMPAROMATERNAL.ORG



Adquira
um exemplar
do livro do Amparo
Maternal e colabore
com este projeto.



AMPARO
MATERNAL



ASSOCIAÇÃO
CONGREGAÇÃO DE
SANTA
CATARINA

O uso da **comunicação** em favor da **responsabilidade social**

The title is centered at the top in a large, blue, sans-serif font. Below the title, two white 3D human-like figures stand facing each other, gesturing as if in conversation. Above each figure is a large, empty speech bubble with a blue outline, suggesting communication.

Veja o que levar em consideração para conquistar aliados por meio da transparência

As organizações privadas e as do Terceiro Setor em algum momento vão se envolver com alguma forma de comunicação, seja com colaboradores ou voluntários, seja com o público externo ou apoiadores dos projetos. Neste caso, atuando com o Terceiro Setor, o que é ter uma comunicação socialmente responsável?

A norma internacional ISO 26.000

– Diretrizes sobre Responsabilidade Social estabelece que o papel da comunicação na responsabilidade social deve estar atrelado a:

⇒ **Demonstrar responsabilidade e transparência.**

Para isso, a sua instituição precisa oferecer informações completas, compreensíveis, exatas, equilibradas, oportunas, acessíveis e responsivas, ou seja, que respondam aos interesses das partes interessadas.

⇒ **Ajudar a engajar e estabelecer diálogo com as partes interessadas.**

Diferentemente do que se pensa, a comunicação não ocorre somente por meio de folders, panfletos, banners etc. A comunicação também se dá em reuniões, diálogos, artigos, apresentações, relatórios e em todos os esforços da organização para atingir um determinado público com uma mensagem.

⇒ **Abordar requisitos legais e outros para a divulgação de informações relacionadas às atividades de responsabilidade social.**

Publicações oficiais são meios de comunicação. Veja se você está passando uma mensagem única em todos os canais.

⇒ **Mostrar como a organização está cumprindo seus compromissos com a sociedade.**

Apresentar o seu desempenho e resultados é uma forma de adquirir credibilidade e envolver as pessoas com sua causa. Mas as pessoas julgarão sua empresa ou organização não somente com base no

que é dito, mas pelo que é feito. Portanto, é preciso alinhar o discurso à prática.

⇒ **Conscientizar as pessoas sobre seus planos, objetivos, desempenho e desafios.**

A partir do momento em que abre para o público suas intenções, ambições e projetos, você estabelece

um compromisso social. Por isso, é preciso monitorar o cumprimento, analisar os resultados e compartilhar as informações. Somente assim é possível conquistar aliados e *feedbacks* para caminhar para o aprimoramento.

⇒ **Fornecer informações sobre os impactos das suas atividades, produtos, serviços.**

Avalie se sua organização traz algum impacto ambiental e social. Mensure isso e estabeleça metas para fazer com que o impacto da sua organização seja positivo para a sociedade, e permita que a sociedade saiba disso.

⇒ **Ajudar a engajar os colaboradores e voluntários para a causa.**

Iniciativas que garantem uniformidade da informação dentro da organização serão sempre bem vistas

pelos colaboradores e voluntários. Afinal, os resultados melhoram quando você percebe que está contribuindo para eles. Para que as pessoas façam realmente parte da causa, é preciso informá-las.

⇒ **Facilitar a comparação da empresa a outras causas, o que pode contribuir para o desempenho.**

Observar as boas práticas de outras empresas e buscar formas de se tornar comparável é uma forma de garantir tangibilidade ao seu trabalho.

⇒ **Fortalecer a reputação da organização, inspirando confiança.**

A comunicação exerce um papel fundamental na construção da reputação da sua organização junto aos públicos com os quais interage. Use esta ferramenta para fortalecer a sua causa. 

Iniciativas que garantem uniformidade da informação dentro da organização serão sempre bem vistas pelos colaboradores e voluntários. Afinal, os resultados melhoram quando você percebe que está contribuindo para eles.



ASSOCIAÇÃO
CONGREGAÇÃO DE
SANTA
CATARINA

Link 
www.acsc.org.br

e-mail @
visibilidade@acsc.org.br

Telefone 
(11) 5103-5665



São Paulo: da cidade informal aos novos bairros

O Museu da Casa Brasileira, em parceria com a Secretaria Municipal de Habitação (Sehab), inaugurou a exposição “São Paulo: da cidade informal aos novos bairros”, que ficou aberta à visitação até 5 de agosto. A mostra tem como foco o trabalho desenvolvido pela Sehab em urbanização de favelas e pesquisa das condições habitacionais da população de São Paulo, em convênio com instituições internacionais. A exposição é dividida em três salas. A primeira tem como tema o Plano Municipal de Habitação da Cidade de São Paulo e possibilita ao visitante observar e avaliar o diagnóstico realizado pela Sehab sobre os problemas habitacionais paulistanos e as prioridades adotadas para solucioná-los em período determinado (2009-2024). Na segunda sala, fotografias, desenhos e vídeos mostram projetos de urbanização executados, como o Cantinho do Céu, vencedor da última Bienal Panamericana de Quito e destaque na Bienal de Veneza. Já a terceira sala é uma extensão da 5ª Bienal Internacional de Arquitetura de Roterdã, cuja exposição principal teve início em abril deste ano, na Holanda, e teve como tema *Making City/Fazendo Cidade*.

 www.mcb.org.br

ONG – Transparência como fator crítico de sucesso

Uma metodologia para ajudar as organizações do Terceiro Setor a melhor planejarem suas ações de maneira sustentável. Assim pode ser definido o projeto Desenvolvimento de Princípios de Transparência e Prestação de Contas em Organizações da Sociedade Civil, desenvolvido pela ONG Parceiros Voluntários a convite do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que teve o copatrocinio da Petrobras. Os resultados desse esforço conjunto de mais de três anos estão agora compilados no livro *ONG – Transparência como fator crítico de sucesso*, de autoria da presidente voluntária da ONG Parceiros Voluntários, Maria Elena Pereira Johannpeter, e da historiadora Naida Menezes. A experiência do projeto, documentada no livro, iniciou em 2008 e recebeu aportes do BID e da Petrobras no total de US\$ 800 mil. Ao final de 36 meses, 76 organizações sociais de 21 municípios do Rio Grande do Sul mudaram seu patamar de gestão. O mapeamento de resultados apontou que, após a capacitação realizada em quatro módulos de 80 horas presenciais, 20 horas semipresenciais e dez meses de acompanhamento por especialistas, essas organizações começaram a utilizar ferramentas de gestão e apresentaram resultados imediatos.



“ONG – Transparência como Fator Crítico de Sucesso”, de Maria Elena Pereira Johannpeter e Naida Menezes. Editora Unisinos/RS, 291 páginas, R\$ 37,00

Adorável Heroína

Os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001 representaram o início de uma nova fase da história mundial. Ler relatos sobre pessoas que sobreviveram àquela manhã fatídica por si só já é emocionante. Acrescenta-se a isso o fato de que uma delas, entre centenas que se salvaram, é deficiente visual e desceu 1.463 degraus dos 78 andares do World Trade Center. O homem em questão é Michael Hingson, e a sua fuga com a ajuda de um cão-guia após o primeiro avião chocar-se com a Torre Norte, onde trabalhava, é narrada em *Adorável Heroína*. Escrito em parceria com a escritora Susy Flory, o livro é a descrição de como Hingson superou mais esse desafio em sua vida. Entre os detalhes da narrativa dos momentos tensos para deixar o WTC, ele intercala passagens marcantes de sua vida, os desafios e os preconceitos que enfrentou para existir dentro da comunidade.



“Adorável Heroína”, de Michael Hingson e Susy Flory. Editora Universo dos Livros, 232 páginas, R\$ 29,00



SOS Mata Atlântica abre inscrições para edital do programa Clickarvore

No dia Mundial do Meio Ambiente, comemorado em 5 de junho, a Fundação SOS Mata Atlântica abriu inscrições para o IV Edital do programa Clickarvore. O edital fornecerá 600 mil mudas de espécies nativas a proprietários de terras localizadas no Rio de Janeiro, Espírito Santo, Noroeste de São Paulo, Sudoeste e Leste do Mato Grosso do Sul, Norte Central e Noroeste do Paraná e Sul da Bahia. O objetivo é promover a restauração e a conservação de 360 hectares do bioma Mata Atlântica. Podem participar proprietários rurais, pessoas físicas ou jurídicas, associações, Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip) e ONGs. As inscrições seguem abertas até 20 de setembro de 2012.

 www.clickarvore.com.br



Mobilidade em cadeiras de rodas manuais

A Cavenaghi, empresa especializada em adaptação veicular para pessoas com mobilidade reduzida, apresenta uma novidade em acessórios para cadeiras de rodas: o E-Motion. Destinado a paraplégicos e tetraplégicos com lesões baixas, o E-Motion é um dispositivo que pode ser acoplado às rodas de cadeiras manuais. Movido a bateria recarregável, ele liga e desliga quando o usuário necessitar. O acessório funciona como um propulsor de força, potencializando a energia aplicada pelos braços do cadeirante ao realizar o movimento de girar as rodas da cadeira. Apesar de elétrico, o E-Motion não substitui totalmente a força física do usuário, mantendo parte do exercício da musculatura dos braços, uma vez que a propulsão acontece a partir do impulso do indivíduo.

 www.cavenaghi.com.br



Conectando artistas

Para incentivar o artesanato no Brasil, a Solidarium, empresa que conecta artesãos e produtores locais a redes varejistas e consumidores de todo mundo, anuncia o lançamento do site Solidarium.net. A iniciativa conta com a tecnologia de pagamento PayPal, que permite aos clientes comprarem sem compartilhar informações financeiras, além de ser a única ferramenta que possibilita a venda para mais de 190 mercados. Com a plataforma, os artesãos podem receber seus pagamentos em até 24 horas. Primeira comunidade on-line voltada ao desenvolvimento econômico e social do País para a venda de produtos artesanais e matérias-primas, a Solidarium.net coloca os artesãos em contato com diferentes clientes,

incluindo empresas interessadas na compra de artesanato para brindes ou outras ocasiões. A meta é reunir 10 mil profissionais ativos em 2012 e disponibilizar mais de 250 mil produtos para comercialização. Para ter acesso à comunidade virtual, basta o artesão se cadastrar. Não há qualquer custo inicial, já que o site não cobra taxas cadastro de produto, abertura de loja, mensalidade ou anuidade.

 www.solidarium.net



Primeira previdência sustentável do Brasil

A Mongeral Aegon lança o primeiro produto do mercado brasileiro de previdência com conceitos da sustentabilidade. Os planos Previdência Sustentável são os primeiros a permitir que pessoas acumulem recursos com a garantia de comprometimento com os requisitos da sustentabilidade. Com o slogan "Invista na mudança que você quer para o mundo", os produtos foram elaborados para atender clientes atentos às questões sociais e de meio ambiente. Os planos têm os benefícios comuns aos PGBLs (dedução do valor das contribuições de sua base de cálculo do Imposto de Renda, com o limite de até 12% da sua renda bruta anual, para declarações completas) e aos VGBLs (tributação incidente somente sobre o rendimento, no momento do resgate). O diferencial é a política de investimento do fundo criado especialmente para gerir os recursos aplicados através dos produtos. "Empresas de armamentos, por exemplo, não farão parte das possibilidades de investimento", acrescenta Nuno David, diretor de Marketing da companhia.

 www.previdenciasustentavel.com.br

Setembro

Dia	Evento	Local	Realização	Info
10	Desenvolvimento comunitário e o impacto do trabalho com famílias	São Paulo/SP	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643
11	O Departamento de Captação de Recursos: da criação à gerência	São Paulo/SP	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643
13	Organização financeira e controladoria para a administração de projetos sociais	São Paulo/SP	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643
15	Redescobrimo o Palhaço: prática e filosofia de vida	São Paulo/SP	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643
19	Como criar e manter um Núcleo de Ação Social nas organizações religiosas	São Paulo/SP	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643
20	Elaboração das Demonstrações Contábeis	São Paulo/SP	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643
21	Direito Ambiental	São Paulo/SP	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643
24 a 28	Imersão em infância e adolescência	Atibaia/SP	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643
24	Responsabilidade civil, tributária e criminal dos administradores de entidades do Terceiro Setor	São Paulo/SP	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643
25	Reestruturação do website de sua organização	São Paulo/SP	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643
26	Jogos e dinâmicas para educadores e multiplicadores sociais	São Paulo/SP	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643



MONELLO
CONTADORES

CONSULTORIA CONTÁBIL E FISCAL PARA O 3º SETOR

ESCRITÓRIO CONTÁBIL DOM BOSCO

*Mais de 40 anos
de exclusivo
compromisso com as
entidades do 3º setor*

www.sergiomonello.com.br

Setembro

Dia	Evento	Local	Realização	Info
27	Venda de produtos e serviços como forma de diversificação e geração de renda	São Paulo/SP	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643
28	Crowdfunding: ferramenta de captação de recursos pela internet	São Paulo/SP	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643
28	XIII Congresso Brasileiro do Terceiro Setor	São Paulo/SP	Econômica Desenvolvimento Social	www.economica.com.br

Outubro

Dia	Evento	Local	Realização	Info
2	Direito do Trabalho no Terceiro Setor	São Paulo	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643
3	Recursos governamentais e Siconv para a área de Cultura	São Paulo	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643
4	ISO 26000: implementação e gerenciamento	São Paulo	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643
5	Monitoramento de indicadores e avaliação de impacto de projetos sociais	São Paulo	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643
11	Política Nacional de Resíduos Sólidos	São Paulo	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643
15	Mottainai: sustentabilidade de organizações na prática	São Paulo	Diálogo Social	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643

- Especializado em contabilidade de entidades do 3º setor
- Assessoria *in company*: tenha o departamento contábil com a qualidade Dom Bosco em sua entidade. Terceirização da gestão fiscal e financeira com sistema ERP
- Assessoria na obtenção e gerenciamento das certificações
- Assessoria em departamento pessoal
- Assessoria na elaboração e gestão de programas, projetos e gratuidades.

São Paulo/SP
Av. Gal. Olímpio da Silveira, 655
1º e 2º andar
Perdizes – CEP 01150-001

Brasília/DF
Centro Multiempresarial
SRTVS, Quadra 701, Bloco O,
sala 611 – CEP 70340-000

(11) 3872.1195



Grife Providência

A Grife Providência foi criada em 2010, ano em que o Banco da Providência completou 50 anos de ações sociais na cidade do Rio de Janeiro. O projeto combina capacitação de jovens e adultos com o reconhecimento de suas habilidades e talentos. Como resultado, os participantes da grife passam a gerar renda, item essencial no processo de superação da pobreza. Ao todo, são 104 comunidades atendidas pelo projeto. Todas as mulheres matriculadas aprendem sobre autoestima, cidadania e geração de renda. O segundo passo é a capacitação, realizada na Agência de Empreendimentos Populares. Sob orientação da designer Raíssa Colela, elas aprendem sobre famílias de cores, combinação de peças, harmonia no bordado, criatividade e ética nas atitudes. E na oficina de gestão são orientadas sobre cálculo do custo de matéria-prima, lucro, capital de giro, trabalho associativo e solidário e aproveitamento de material com vistas à sustentabilidade do planeta.

 www.grifeprovidencia.org.br

Caras do Brasil

O Programa Caras do Brasil introduziu nas prateleiras dos supermercados produtos elaborados por grupos e organizações que defendem o meio ambiente e lutam contra os problemas sociais. Alimentos e peças artesanais de todo o Brasil são levados aos grandes centros consumidores, numa forma de valorização da nossa rica cultura local. A iniciativa é um passo no fortalecimento do desenvolvimento sustentável do país, promovendo o crescimento econômico com a premissa de gerar riqueza a populações menos favorecidas e difundir o uso de produtos ecológicos, além de possibilitar que estes fornecedores possam se aprimorar, profissionalizando sua produção. Por meio do programa, o Grupo Pão de Açúcar deve suprir um dos principais problemas de organizações civis que possuem atividade produtiva: a comercialização. Os principais beneficiários serão os pequenos produtores, porém, empresas mais organizadas e estabelecidas também podem participar do programa, desde que respeitados os limites de fornecimento de seus produtos e tendo como base a capacidade produtiva dos projetos comunitários, de acordo com os critérios do Grupo Pão de Açúcar/Programa Caras do Brasil.

 www.carasdobrasil.com.br



Asta

A Asta é um negócio social que promove redes e trabalha para transformar a vida das produtoras do bem. Produtoras do bem são todas aquelas pessoas envolvidas na cadeia de valor da Asta: produtoras e artesãs, conselheiras, consumidores e empresas. O objetivo da entidade é transformar o consumo em uma ferramenta de inclusão social e econômica. Para isso, a Asta promove a inclusão da mulher no setor produtivo; viabiliza a transformação de grupos comunitários em negócios sustentáveis; e cria pontes entre esses grupos e o mercado, com vistas à promoção da distribuição justa de riquezas. A organização conta ainda com a Rede Asta, a primeira rede de venda direta de produtos do bem do Brasil. Trata-se de uma rede de venda porta a porta, em que qualquer pessoa pode se tornar revendedora dos produtos Asta.

 www.asta.org.br

Ação Comunitária do Brasil do Rio de Janeiro

A Ação Comunitária do Brasil do Rio de Janeiro é uma organização não-governamental sem fins lucrativos fundada há 43 anos com a missão de promover os direitos de cidadania de brasileiros que vivem à margem do desenvolvimento social, econômico e cultural do país. A organização possui núcleos de cidadania localizados há mais de 35 anos em duas comunidades com baixos índices de desenvolvimento humano: Complexo de Favelas da Maré e Conjunto Habitacional de Cidade Alta, na Zona Norte do Rio de Janeiro. Atualmente, cerca de 50% dos educadores dos cursos e oficinas desenvolvidos são ex-educandos, moradores das áreas onde atuam. O trabalho desenvolvido tem como principal viés a qualificação profissional, o estímulo ao trabalho cooperativo e ao empreendedorismo solidário, e abrange a educação, a arte, a cultura, a promoção da saúde e a responsabilidade ambiental.

 <http://acb.acbrj.org.br>





Para a Asplan o Terceiro Setor está sempre em primeiro lugar.

As soluções e a confiabilidade dos sistemas da Asplan são referência entre as principais organizações do terceiro setor, pois atende organizações de pequeno, médio e grande porte, com o completo gerenciamento de associados, total controle financeiro e todas as obrigações fiscais específicas.

A Asplan entende as suas necessidades e tem uma política diferenciada para um setor tão especial. Entre em contato conosco para obter mais detalhes sobre as nossas soluções.



**Soluções Inteligentes na
Gestão de Informações**

Asplan Softwares de Gestão • Rua Loefgreen, 1387 • Vila Mariana • São Paulo/SP • Brasil
Fone: +55 11 5081-9800 / FAX +55 11 5081-9804

Organizações que utilizam Asplan:
Instituto Ethos • Fundação Abrinq • Fundação Bial • instituto HP • Fundação Diaconia



Divulgação

A menina do quadro



Felipe Mello

felipe@cantocidadao.org.br

Radialista, palestrante e diretor da ONG Canto Cidadão, fundada para produzir e democratizar informações sobre cidadania e direitos humanos.

Sinto uma fome sem fim. Toda a fome do mundo me diz respeito. Alface, tomate, cebola, alho, cenoura, arroz e carne. Um oásis à disposição de minha necessidade vital, que em breve estará saciada. Enquanto preparo o jantar, percebo pela visão periférica uma criança a me olhar. Ela vive, ou viveu, em Cabul, no Afeganistão. Seus olhos são do tamanho dos seus sonhos, ou ainda, das suas dores. Suas bochechas e queixo estão sujos, possivelmente por conta das horas trabalhadas em alguma terra abandonada pelos homens, entregue às mãos de algum deus descuidado.

A menina que me mira mora dentro de um quadro, um pôster de um programa de combate à fome da ONU. Há algum tempo está colocada sobre um móvel no corredor entre a sala e a porta da cozinha, após ser entregue a mim como um presente das mãos de uma amiga. Enquanto preparo a comida, qualquer mínimo movimento de pescoço me faz perceber a presença daquela pequena alma. Encerrada em uma moldura negra, imóvel, absolutamente presente, me faz companhia.

Um primeiro contato pode até causar susto, incômodo, angústia. Imagem difícil de olhar sem ser fisgado. Mas não a vejo sob a ótica da tristeza. Mais importante que me fazer sentir pena, essa amiga que nunca vi, e nunca verei, faz fortalecer em mim o músculo

da comoção, o desejo sincero de mover-me junto. Toda a fome do mundo me diz respeito.

Sei que o vazio do estômago daquela pequena pessoa privada de direitos não é culpa minha, diretamente. Mas a culpa pelo vazio do estômago daquela pessoa privada de direitos passa a ser minha se relaxo e permito que a musculatura da comoção, ou empatia, atrofie-se em mim. Se não posso servir a ela parte da comida que comerei em instantes, posso abraçar a sua dor, acolher o desafio de fazer o que estiver ao meu alcance para diminuir, pelo amor em ação, o pranto de quem não tem o mesmo prato e o canto cheiroso e confortável que a vida me entregou.

Sinto uma fome sem fim. Que meu olhar me permita amiúde reconhecer, por estímulos externos, esse terreno fértil de solidariedade que ocupa a minha alma. Tenho a impressão de que cada um dos homens e mulheres que caminham por este mundo leva consigo tal área de cultivo. Posso responder apenas pelas sementes que eu escolho plantar e regar, assim como pelos frutos delas advindos. Menina do quadro: perdão por não poder lhe entregar pessoalmente os frutos de minhas ações. Mas saiba que sua presença me ajuda diariamente a arrancar as ervas daninhas da inércia e alienação. Um quinhão do pouco que planto de amor no mundo também é para você, ainda que degustado pela boca de outros. 

Seteco há 45 anos agregando valor na **gestão** de negócios

A competência de uma organização pode ser medida pela qualidade e grau de exigência, quanto a coerência e precisão de um trabalho contábil.

Dedique-se ao seu negócio e terceirize com a **SETECO**, especializada nos segmentos indústria, comércio, serviços e terceiro setor.

- ✓ Terceirização contábil, fiscal e trabalhista (Outsourcing)
- ✓ Prevenção e mitigação de riscos (Compliance)
- ✓ Automação, integração e administração de controles internos (BPO)
- ✓ Consultoria empresarial e tributária (Tax)
- ✓ Sistema Integrado de Gestão (ERP)
- ✓ Imposto de renda pessoa física
- ✓ Abertura de empresa e alterações contratuais



O maior e mais completo evento sobre
responsabilidade social do Brasil



ONG Brasil

UM OFERECIMENTO



A ONG Brasil é um evento sem fins lucrativos, que tem o objetivo de fomentar o desenvolvimento social do nosso País. Além de reunir em um único local diferentes setores da sociedade, a ONG Brasil atua como uma plataforma de divulgação de importantes ações sociais realizadas por empresas, institutos, fundações e organizações.

**NÃO FIQUE DE FORA.
GARANTA AGORA MESMO O SEU ESPAÇO!**

Feira e congresso internacional das organizações sociais, do investimento social privado e da participação em políticas públicas

- 15.000m² DE EXPOSIÇÃO
- MAIS DE 500 ONGS, INSTITUTOS, FUNDAÇÕES E ENTIDADES
- CONGRESSO INTEGRADO: MAIS DE 190 PALESTRAS SIMULTÂNEAS E WORKSHOPS
- 15 MIL VISITANTES



6 - 8 Dezembro | **2012**
Expo Center Norte - São Paulo

Acesse o site e saiba tudo sobre o evento: www.ongbrasil.com.br
ou pelo telefone: ++ 55 11 46891935 - ongbrasil@ongbrasil.com.br

Apoio:



Parceiros de Mídia:

Realização:

